

AT00A
2000

As Características Sociais das Mulheres Chefes de Agregado Familiar e suas Estratégias de Sobrevivência em Contexto Peri-Urbano
O caso do Bairro Luis Cabral

Relatório de Estágio apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane

Por

Adriano Mateus Biza

Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane
Maputo, Setembro de 2000

UFICIS
4609
DATA 20/07 105
ADQUISICAO aberta
COTA ATO-01



DECLARAÇÃO

Declaro que este Trabalho de Fim de Curso (Relatório de Estágio) nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

ABREVIATURAS

- CEA- Centro de Estudos Africanos
DAA- Departamento de Arqueologia e Antropologia
DNP- Direcção Nacional do Plano
DU- Distrito Urbano
GAPVU- Gabinete de Apoio a População Vulnerável
GD- Grupo Dinamizador
INAS- Instituto Nacional da Acção Social
MCA's- Mulheres Chefes de Agregado
MIMUCAS- Ministério da Mulher e Coordenação da Acção social
MPF- Ministério do Plano e Finanças
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRES- Programa de Realibitação Económica e Social
PSA- Programa Subsídio de Alimentos
RSBP- Redes Sociais Baseadas no Parentesco
UEM- Universidade Eduardo Mondlane
UFICS- Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais
WLSA- Women and Law in Southern Africa

RESUMO

Motivado pelas discussões surgidas no debate da nova Lei da Família e mais particularmente no âmbito da chefia do agregado, realizou-se esta pesquisa em forma de relatório preliminar de estágio com o objectivo de identificar as características sociais de "mulheres chefes de agregado", suas estratégias de sobrevivência, assim como testar o valor operacional deste conceito em outros contextos sócio-históricos.

Foram realizadas trinta entrevistas semi-dirigidas a um grupo diferenciado de mulheres em função da sua zona de origem, nível de escolaridade e respectivas categorias: viúvas, abandonadas, mães solteiras, mulheres com cônjuge emigrante e divorciadas.

Dados preliminares indicam que para a sua sobrevivência, elas recorrem à pequenas actividades comerciais no sector informal, accionam redes sociais em busca de solidariedade nos diferentes espaços sociais onde se interrelacionam (parentesco, vizinhança e religião) e procuram beneficiar-se dos programas de assistência social do INAS.

Porque foi usada uma abordagem de relações de género, observou-se que apesar de providenciarem sustento aos seus dependentes, detêm um poder delegado pelos cônjuges e grupos familiares na tomada de decisões importantes sobre a sua vida, do seu agregado e dos seus dependentes; legitimando a tese segundo a qual as competências e atributos simbólicos de chefia são de competência masculina.

DEDICATÓRIA

Este trabalho e o respectivo título académico
constituem uma dedicatória para todos
Moçambicanos que devido a contrangimentos
diversos como limitações económicas e
financeiras não tiveram acesso à escola assim
como não puderam continuar os seus estudos com
particular destaque aos que foram meus colegas.

AGRADECIMENTOS

É de estender a mão e fazer a respectiva vénia, a todos que de diferentes formas e graus participaram e contribuíram para que se efectivasse mais uma fase do projecto *homo academicus* iniciado na aurora da década 80. Sem querer ser selectivo, os agradecimentos mais especiais dirigem-se às seguintes personalidades, grupos e entidades:

Às famílias MBIZA, CUMBANE e NHARI pelo apoio moral e afectivo assim como pela confiança, paciência e esperança que mantiveram até ao fim desta etapa;

À todos vós professores da UFICS e DAA que serviram de facilitadores nesta constante e permanente busca do saber, particularmente ao Prof. Doutor Rafael da Conceição pela motivação dada nesta recta final e à minha supervisora Prof. Doutora Ana Maria Loforte por ter transmitido a necessidade de mais esforço e menos ânsia na elaboração do trabalho, assim como ter doado parte da sua intelectualidade para a forma e conteúdo do mesmo;

Ao projecto *Redes Sociais* na pessoa da Prof. Doutora Tereza Cruz e Silva pela iniciação dada no campo da pesquisa e a respectiva familiarização com a área de estudo; Ao *Departamento de Estudos da Mulher e Género* do CEA e à *Direcção Interina da UFICS* pelo apoio financeiro prestado, sem o qual seria difícil a realização do pré-inquérito e;

Finalmente ao *Grupo 9+2* pela modéstia, humildade e heterogeneidade com que assumiu e encarou esta "experimentação" do curso de Antropologia em Moçambique.

SUMÁRIO

ASSUNTO	PÁGINA
INTRODUÇÃO	01
Iº PARTE - A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA	
1- O despertar da questão e factores explicativos do fenómeno	05
2- Género como categoria analítica	07
3- A chefia do agregado no contexto das relações de poder /	12
4- As redes sociais de protecção e estratégias de sobrevivências	15
5- A problemática das MCA's na literatura moçambicana	17
6- Conceptualização	19
7- Hipóteses	21
8- Metodologia	21
IIº PARTE - RESULTADOS PRELIMINARES	
1- Caracterização da área de estudo	23
2- O perfil social das MCA's	24
3- As estratégias de sobrevivência	29
3.1- O pequeno comércio informal	30
3.2- Redes sociais baseadas no parentesco	31
3.4- Redes sociais baseadas na vizinhança	33
3.5- Redes sociais baseadas na religião	36
3.6- A acção social	40
CONCLUSÕES	45
BIBLIOGRAFIA	48
ANEXOS	
1- Tabelas relativas ao perfil social das MCA's	
2- Guião de entrevistas	
3- Lista de entrevistados	
4- Mapa da cidade de Maputo	

INTRODUÇÃO

O fenómeno "mulheres chefes de agregado familiar" é uma realidade que caracteriza os contextos sócio-económico e espacialmente distintos como o rural e o urbano. A tomada de consciência deste objecto torna-se mais real e frequente quando actualmente as opiniões de académicos convergem no sentido de afirmar que a sua proporção e tendência é sempre crescente (Peters, 1994 e Loforte/José Arthur, 1995).

Este fenómeno, embora universal, em Moçambique assumiu e assume diferentes configurações sociais de acordo com o respectivo contexto (rural, urbano, colonial, pós-colonial, liberalização, etc.). Já no período colonial, alguns etnógrafos revelavam a tendência crescente deste fenómeno nas cidades, caracterizando as mulheres envolvidas de "independentes", ao constatar que "*é significativo o aparecimento de mulheres independentes que possuem a sua própria moradia ou povoação*" (Rita-Ferreira, 1967/8: 249).

No entanto, esta "independência" pode diferir da função e/ou posição social de "chefe", pois a mesma pode ser interpretada como um dos traços característicos do urbanismo; ou como um modo de vida que diferentemente ao meio rural é marcado por laços e contactos instrumentais e impessoais os quais tendem a dar um grau maior de liberdade em relação ao controlo social de grupos primários, tais como as famílias extensas (Basham, 1978: 11).

Após a proclamação da independência nacional, vários cenários sócio-políticos e económicos ocorreram no país, tendo de uma e de outra forma contribuído para configurar em termos de forma, função e estrutura esta realidade.

Um dos factores que se intensificou no início da década 80, impulsionando um movimento populacional no sentido campo-cidade em busca de melhores condições de segurança, foi o conflito armado. Neste êxodo as mulheres constituíam um grupo maioritário, na medida em que os seus cônjuges eram ou incorporados no Serviço

Militar Obrigatório (SMO) ou raptados pelas forças armadas da Renamo. Este fenómeno foi ampliado em grande medida pelos altos níveis de migração para os países vizinhos, com início no período colonial, motivada por razões estruturais, tais como as políticas de exploração colonial adoptadas e por razões individuais, como a busca de melhores condições de vida.

A implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987 enquadrado no processo de reajustamento estrutural iniciado em 1984 pelo governo moçambicano nas negociações com instituições internacionais, que segundo fontes oficiais visava salvar a economia da crise em que se encontrava, trouxe problemas sociais diversos para a maioria da população cidadina. Este período foi caracterizado por rápidas mudanças na estrutura sócio-económica e política; é o período em que se tornam mais visíveis as desigualdades sociais e económicas. No meio urbano a consequência imediata foi o agravamento das condições de vida.

Este quadro de uma ou de outra maneira afectou o conjunto das relações que se estabelecem na sociedade, tendo se traduzido no facto de as mulheres começarem a realizar novas tarefas, a desempenhar funções e a ocupar posições tradicionalmente consideradas "masculinas" de modo a sustentar os seus filhos e reconstituir as suas famílias.

É sabido que é na sociedade como um todo e em primeiro lugar ao nível da família (sem contudo querermos generalizar) que se determina o lugar que cada indivíduo ocupa em função do seu sexo. É esta pertença que determina as práticas, os comportamentos, as atitudes e os papéis sociais que este vai desempenhar; conseqüentemente existe um conjunto de expectativas que a sociedade cria pelo facto de se ser homem ou mulher. Do homem espera-se que seja o provedor de subsistência (breadwinner), que seja o chefe de família, que realize o trabalho externo. Estas expectativas estão relacionadas com a função de pai e o homem ao mesmo tempo desenvolve competências nesse sentido. Da mulher espera-se a realização, exercício do trabalho doméstico e o desenvolvimento de competências relacionadas com o papel de



mãe e esposa, que cuida dos filhos, doentes e velhos. Todavia, a realidade urbana modifica algumas destas construções, dando-lhes uma outra significação social.

A distinção rural/urbano se revela problemática no contexto em causa na medida em que a cidade surgindo via migrações e não fruto de desenvolvimento próprio, e às vezes como ruptura com valores tradicionais e rurais, ela ganha características ligadas à vida rural. Mais do que representar ruptura e mudança em relação a certos valores ela é, também um lugar de manutenção e continuidade de valores pertencentes à cultura da zona de origem dos emigrantes, isto é, ela se ruraliza ao mesmo tempo que os emigrantes se urbanizam.

A realização desta pesquisa visou essencialmente alcançar objectivos académicos, particularmente servir de trabalho de fim de curso. Contudo, os dados foram recolhidos à parte, no âmbito do programa "Jovens Profissionais", no qual estive inserido, levado a cabo por diversas instituições (PNUD, UEM e Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social). Este programa, que consistia num estágio, foi realizado durante o período de 17 de Janeiro a 11 de Fevereiro de 2000. Durante o estágio, cuja finalidade era familiarizar o estudante com a vida profissional e, neste caso particular, capacitá-lo em matéria de pesquisa na área social, fui afecto à Direcção de Estudos e Avaliação do ministério supracitado.

Para além desta motivação institucional pela via do programa anteriormente referido, o interesse e/ou atracção pelo tema para fins académicos foi suscitado pela elevada apetência revelada pelos diferentes círculos da sociedade moçambicana, no debate do Anteprojecto de Lei de Família enquadrado no processo mais global da reforma da legislação vigente no país. No âmbito da mesma reforma os aspectos que mereceram mais atenção ao longo do debate, referiam-se às alterações nas normas que prescrevem que o homem ou marido é o chefe da família, a mulher casada está sujeita ao poder marital, a mulher casada deve adoptar a residência do marido, cabe à mulher o governo doméstico, administração dos bens do casal pelo homem, entre outros mais.

Relativamente à chefia do agregado familiar as opiniões divergem, para uns, representantes e defensores do discurso dominante, a chefia do agregado sempre foi e é um atributo masculino; para outros, em particular as associações femininas, defendem o contrário; o argumento é de que a lei vigente não toma em consideração e não salvaguarda o princípio fundamental entre homem e mulher assegurado pela constituição da república.

Tomando em linha de conta, por um lado estes aspectos motivadores e por outro, o facto de na disciplina antropológica a instituição familiar constituir um dos aspectos essenciais que nos permite entender e explicar o modo de vida, a dinâmica e a organização social de um grupo e/ou sociedade, bem como a tendência crescente do fenómeno “mulheres chefes de agregado familiar” revelada por diversa literatura que aborda questões de mulher e género (Folbre, 1991; Rosenhouse, 1994; Arthur e Loforte, 1995 e WLSA, 1998), a base do problema que suscitou este trabalho assenta nos seguintes questionamentos: a que realidade nos referimos quando falamos de “mulheres chefes de agregado”? Que características assume este fenómeno em contexto peri-urbano? Que constrangimentos afectam esta categoria de mulheres? Existirão estratégias que lhes são específicas e que adoptam para garantir a sua reprodução bem como dos seus dependentes?

Para além destas questões de base que guiaram a pesquisa, em forma de complementaridade o trabalho visou também identificar as diferentes categorias e/ou tipificações de mulheres chefe de agregado existentes: as causas e motivações bem como os contextos sócio-históricos e económicos nos quais surgem; as representações e imagens que a sociedade constrói em relação a esta categoria de mulheres. Deste modo pretende-se contribuir com um trabalho académico baseado em dados empíricos, para os diversos estudos e reflexões feitas sobre a categoria “mulheres” e em relação à problemática das relações de género e poder em Moçambique.

O trabalho em forma de relatório preliminar de estágio segue a seguinte estruturação: na primeira parte dedicada à construção da problemática teórica

relativa ao assunto, faz-se a abordagem da forma como é que a questão “mulheres chefe de agregado” emerge no debate científico, seguindo-se um olhar ao género como categoria analítica e sua pertinência neste tipo de estudos. Porque esta categoria implica poder, faz-se referência ao significado da chefia do agregado no âmbito das mesmas relações e outros tópicos: a questão das redes sociais como mecanismos de sobrevivência, uma breve revisão do tema na literatura moçambicana, discussão do conceito e suas limitações, as hipóteses e os procedimentos usados para confrontá-las com a realidade.

Na última parte do trabalho são apresentados os resultados preliminares do pré-inquérito e a respectiva interpretação, delimitando primeiro a área de estudo com a apresentação das características sociais e económicas do bairro Luís Cabral. Nesta, fazem parte diferentes tópicos, nomeadamente: o perfil das MCA's e as suas estratégias de sobrevivência. Finalmente, em jeito de conclusões as ilações e/ou tendências que estes dados permitiram tirar.

1º PARTE- A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

1. O surgimento da questão: abordagens e factores explicativos do fenómeno

No contexto sócio-antropológico, a problemática de “mulheres chefes de agregado familiar (*female-headed household* na literatura inglesa) emerge no decurso da crítica feminista às análises e práticas não “gendarizadas” do desenvolvimento económico. Estas pesquisas documentavam benefícios desiguais recebidos pelas mulheres nos projectos de apoio aos agregados e o facto de o agregado ser tido como equivalente com o *male head* que como principal interlocutor providenciava a informação requerida pelos levantamentos e como o “chefe do agregado” recebia a informação, a tecnologia, ou serviços providenciados pelos projectos de desenvolvimento.

Estes estudos mostram, também, que esta ancoragem do agregado à chefia masculina resultou numa grosseira subvalorização do trabalho feminino, reduzindo o

acesso por parte da mulher a novas tecnologias e serviços tal como o crédito e às vezes, enfraqueceu os direitos das mulheres em relação à terra (Staudt 1978; Okeyo 1980; Beneria 1981; Dey 1981; Cheater 1981 citados por Peters 1995). Temos nesta primeira abordagem do problema que este fenómeno está ligado à discriminação das mulheres, às desigualdades e assimetrias entre os dois sexos no acesso a determinados recursos.

A segunda e mais corrente abordagem do fenómeno é criticada por Pauline E. Peters (1995) porque segundo ela, esta tende a identificar o fenómeno com a pobreza e com as desvantagens por parte das mulheres, bem como tratar esta categoria de mulheres de forma homogénea. Concordamos com Green (1991) e mais defensores da tese da "feminização da pobreza", os quais colocam as mulheres chefes de família como fazendo parte dos absolutamente pobres.

Segundo estes autores as mulheres sofrem a carga do trabalho feminino não gerador de rendimento, pela grande probabilidade de não existência de trabalho no sector formal e pelo pequeno número de adultos habilitados a ter rendimentos relativamente inferiores ao tamanho da família. Contudo, colocam-se algumas questões: será que não existem diferenças sociais entre elas? Constituirá esta uma categoria homogénea, no sentido de que todas são pobres, vulneráveis e em situação de desvantagem?

O uso indiscriminado do termo "mulher chefe de agregado" como indicador-chave da pobreza tem obscurecido a verdadeira variabilidade que existe no grupo. Não são todas as mulheres chefes de agregado que são igualmente desfavorecidas, o seu sucesso varia de acordo com o rendimento sócio-económico, composição da família, emprego e acesso a serviços básicos como saúde e educação. (Rosenhouse, 1994: 03).

Relativamente aos factores que explicam a existência de mulheres chefes de agregado familiar, Brydon e Chant (citados por Loforte e José Arthur, 1995: 10) apontam os seguintes: as migrações periódicas dos homens deixando as mulheres como responsáveis dos seus agregados familiares, a elevada esperança de vida das mulheres em relação aos homens, o excesso de mulheres no conjunto da população urbana, a existência de casamentos poligínicos que levam as mulheres a preferirem ter suas

próprias casas e não residirem com as co-esposas, as migrações "independentes" de muitas mulheres para as cidades, a pobreza que se traduz no facto de o homem não conseguir sustentar a sua família optando por abandoná-la e as opções individuais das mulheres que podem ser consequência da instabilidade emocional e financeira, assim como a morte do esposo.

Alguns destes factores são reconhecidos por Massiah (1984) numa pesquisa empreendida no contexto Caribeano, visando a análise do desenvolvimento social e económico sobre a condição da mulher. Massiah identificou, particularmente, as relações entre este desenvolvimento sócio-económico e as tendências demográficas, analisou também, o seu impacto sobre o papel da mulher na família, a sua participação na força de trabalho, assim como as taxas de migração e de fertilidade.

Dados por ela recolhidos, sugerem que a existência de mulheres chefes de família era um fenómeno já firmemente estabelecido durante a escravatura. Contribuíram para a existência deste fenómeno factores como, as migrações (eminentemente masculinas e externas) em busca de melhores oportunidades de vida, o melhoramento das condições sócio-económicas das mulheres, resultando num desejo de liberdade e independência perante o homem e/ou sua família, etc.

Se partirmos do pressuposto de que a formação do bairro Luís Cabral resultou de movimentos populacionais que ocorrem em diversos contextos, podemos falar de factores estruturais, como culturais ou de factores conjunturais tal como mudanças sócio-económicas que ocorrem no país entanto que variáveis que explicam a tendência crescente do fenómeno mulheres chefes de agregado familiar? Algumas autoras (Massiah, 1984 e Peter, 1995) sem, contudo, aprofundar esta questão sugerem que o fenómeno é melhor compreensível quando enquadrado e/ou discutido em termos de relações de género e de poder nas mesmas unidades domésticas.

2. Gênero como categoria analítica

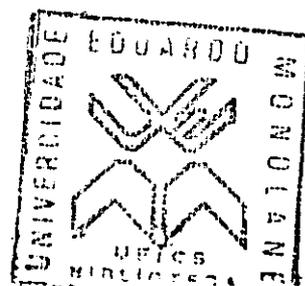
Como é que o *gênero* é definido nas teorias antropológicas e afins? Que significado se atribui a esta categoria analítica e qual é a sua relevância e/ou pertinência neste tipo de estudos?

No domínio da Antropologia e de outras ciências sociais existe um vasto conjunto de teorias e de abordagens sobre as relações de género e de poder nas diversas sociedades, variando segundo a posição do autor, do contexto e da perspectiva teórica-metodológica adoptada. Por sua vez, as classificações e/ou nomenclaturas presentes nessas abordagens também variam. Loforte considera que no movimento feminista da disciplina antropológica, em particular, existem três posições teóricas fundamentais, o que ilustra que a análise das relações de género e poder não é homogênea.

Primeiro, existe o feminismo radical que reduz as diferenças entre os dois sexos ao campo biológico. Segundo, o feminismo marxista que explica o lugar e posição da mulher (oprimida neste caso) em função das relações de classe, tomando em conta critérios como a propriedade, o controlo dos meios de produção e da posição da força do trabalho. A terceira posição teórica é a perspectiva militante situada entre os pós-estruturalistas franceses e os anglo-americanos que chamam a atenção à heterogeneidade da categoria "mulher", à multiplicidade das suas identidades e à diversidade, negando o universalismo (1996: 35). Estas teorias, como virtude analítica "*estabelecem a correlação entre género e poder, sendo este o campo primário no seio do qual e por meio do qual o poder é articulado*" (Idem: 36).

É do consenso destes autores que a participação dos homens assim como de mulheres na vida social através das respectivas instituições difere e varia nas sociedades. Esta divergência está no significado que se atribui à noção de género em si num determinado contexto. *Gênero* é definido, por um lado, como *construção cultural* e, por outro, como *papel social*.

As autoras que abordam o *gênero como construção cultural*, analisam os símbolos de género e os respectivos estereótipos sexuais, procurando entender em cada



cultura o significado das categorias "homem" e "mulher"¹. Ortner começa com a proposição da universalidade da subordinação feminina, lançando a ideia de que diferenças biológicas entre homens e mulheres tomam significação dentro de sistema de valores culturalmente definidos, colocando assim, o problema da assimetria sexual ao nível dos símbolos e ideologias culturais. A questão por ela colocada foi: "*What could be common to every culture such that all cultures place a lower value to women?*" (Moore, 1988: 14). A sua resposta foi que as mulheres em todos os lugares estão associadas com algo que a sociedade desvaloriza, e que este algo é a "natureza".²

Assim, as diferenças entre homens e mulheres são conceptualizadas por oposição, associando o homem à cultura e a mulher à natureza, na medida em que para elas "*a dimensão ideológica e cultural do sexo e do género é reveladora do social por oposição ao natural actuando na moldagem de papéis sexuais, da identidade sexual e do erotismo*" (Loforte, 1996: 49). Os papéis sociais e certas funções sociais das mulheres são vistos como fechados e ligados à natureza e confinados ao domínio doméstico, tal como a reprodução biológica e o cuidado dos filhos.

As autoras que definem *género como papel social*, negam a universalidade da subordinação das mulheres, defendida pelas primeiras que abordam as relações de género pela consideração do que homens e mulheres *fazem*³, levantando questões sobre a divisão sexual do trabalho e sobre a relativa divisão da vida social em domínios "público" e "doméstico". Sendo que o primeiro compreende as actividades dos homens e o segundo as das mulheres.

Estas autoras rejeitam os argumentos segundo os quais o estatuto da mulher está directamente ligado à sua função de reprodutora e de ter que cuidar dos filhos, e que a distinção entre o "público" e o "doméstico" não é válida para todas as sociedades na análise das relações de género e do poder. Contrariam argumentando que o estatuto das

¹ Destes, destacam-se as culturalistas Whitehead (1981) e Strathern (1981) citados por Loforte (1996) e Ortner citado por Moore (1988).

² Desta resposta resulta a sua formulação nos seguintes moldes: "*Is female to male as nature is to culture*".

³ Existem outras teorias que partem da mesma acepção e que serão ilustradas mais adiante; a separação é metodológica e obedece a ênfase que as outras dão às variáveis económicas em ligação com dinâmicas internas e externas da família e/ou agregado.

mulheres é dependente não somente dos seus papéis e nem do seu confinamento à esfera “doméstica”, mas sim do seu controlo e acesso a recursos, às condições de trabalho e à distribuição dos produtos do seu trabalho. Quanto a nós a separação entre “doméstico” e “público” não faz sentido em comunidades de pequena escala, onde a produção e a gestão do agregado são parte integrante e simultaneamente vida pública, política e privada.

No entanto, é necessário, tal como Collier e Rosaldo indicam (citados em Moore, 1988), combinar o sociológico e o simbólico do género, perspectiva que por nós será adoptada, porque os processos produtivos e políticos não podem ser entendidos isolados das percepções culturais que as pessoas têm desses processos. É necessário associar o que as pessoas fazem e o entendimento das suas acções, isto é, associar as ideias culturais sobre o género às actuais relações sociais nas quais os indivíduos “genderizados” vivem, pensam e agem. Assim, as relações de género recebem ênfase simbólica porque são a arena social na qual indivíduos capacitam-se ou habilitam-se a fazer exigências políticas e iniciam estratégias pessoais.⁴

Por sua vez Teresita de Barbieri (1991) também distingue três perspectivas e/ou orientações teóricas sobre “*sistemas de género*”: em primeiro lugar estão os autores que concebem o *género* como um sistema hierarquizado de *status* e/ou prestígio social; em segundo lugar, a orientação denominada “*relações sociais de sexos*” que privilegia a divisão social do trabalho como núcleo motor das desigualdades, analisando a inserção feminina no mercado do trabalho; sua participação em várias instituições (como

⁴ A perspectiva destas duas autoras que de uma ou doutra maneira assenta na ideia de *género como construção social* é por nós adoptada e assumida apesar de criticada pela Oyewùmí que interroga o modo pelo qual acções ou ideias ocidentais sobre diferenças sexuais são usadas para interpretar sociedades africanas (em particular a Yoruba) e nesse processo criarem um sistema de género local. Considera que esta tese de construcionismo social foi atrativa para o discurso feminista porque foi interpretada para significar que diferenças de género não foram ordenadas pela natureza, foram mutáveis e por consequência não podem comportar-se da mesma maneira no tempo e espaço. Afirma que se género é uma construção social devemos examinar os vários lugares culturais onde este é construído, e devemos reconhecer que diversos grupos localizados (sociedades, grupos e partes interessadas) foram parte da construção. Devemos ainda reconhecer que se género é uma construção social, então houve um tempo específico (em diferentes lugares culturais) onde foi “construído” e portanto, um tempo antes do qual não foi (p. 10). Concluindo, ela quer dizer que ao assumirmos género como construção social significa que o consideramos fenómeno cultural e histórico e por consequência seria lógico assumirmos que em algumas sociedades (como africanas) houve momentos em que género não existiu; e a imposição desta categoria começa com a colonização.

sindicatos), etc.; finalmente a perspectiva que considera os *sistemas de género* como *sistemas de poder*, resultados de um conflito social, é uma perspectiva que segundo a autora, dá um lugar privilegiado às diferenças sexuais em detrimento de outro tipo de diferenças.

Em disciplinas afins à Antropologia, como é o caso da História Económica e da Sociologia, destaca-se um conjunto de autores como Rae L. Blumberg, Joan Huber, Janet S. Chafetz, Immanuel Wallerstein, Joan Smith e outros mais que nas suas análises ligam três domínios (género, família e economia) fazendo a intersecção entre a *estratificação do género* e as variáveis económicas com e dentro da família ou agregado familiar nos níveis macro e micro.

Huber por exemplo (Citado em Blumberg, 1991) considera que a *estratificação de género* é um subsector, dimensão e/ou conjunto da estratificação social e que as teorias de estratificação deveriam começar com o que a mulher e o homem *fazem* cada dia, para garantir a alimentação, vestuário e abrigo; analisando como eles organizam seu trabalho em volta dos instrumentos que eles dispõem.

Assim, nesta *estratificação de género*, a divisão sexual do trabalho, ou seja, o que o homem e a mulher *fazem* constitui um mecanismo importante na diferenciação e desigualdades entre os dois sexos. Conceptualmente a *estratificação de género* é definida como se referindo à extensão para a qual membros da sociedade são desiguais no acesso a valores escassos⁵ da sua sociedade por pertencerem a uma categoria de género (op. Cit., 76).

Ao nível da macrosociologia Immanuel Wallerstein e Joan Smith (idem) contribuem reconceptualizando o agregado "*as an income-pooling entity*" ou seja, a entidade responsável pela contínua e básica reprodução das necessidades (alimentação, abrigo, vestuário, etc.), combinando diferentes tipos de rendimento (salários, vendas nos mercados, rendas e subsistência) de forma a abastecer esta contínua reprodução das necessidades. Embora estes autores não discutam a estrutura dos agregados e a forma

como o poder e os bens são distribuídos internamente, a sua abordagem permite situar os agregados no âmbito mais amplo do sistema económico mundial e o seu relacionamento com outros agregados e/ou instituições como o Estado.

Desta exposição podemos afirmar que a categoria género que reflecte as relações de poder entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens, em sociedades concretas de acordo com a sua diferença histórica, espacial e cultural, constitui uma das dimensões de análise em estudos das ciências sociais tal como o são a raça, a etnia, a classe e a idade. Também o são os princípios fundamentais que organizam as sociedades, base de papéis sociais, de inclusões e de exclusões para além de fundarem identidades sociais. Assim, esta componente não pode ser negligenciada sob o risco de obtermos uma imagem distorcida sobre a realidade e relações sociais.

3-A chefia do agregado familiar no contexto das relações de poder

Vimos atrás que o conceito de género como categoria analítica assume não negligenciável nestes estudos diferentes significados em função das perspectivas adoptadas pelos pesquisadores. A sua aceção depende também do contexto específico em que as relações são configuradas; ou seja, vimos que o *género*, mais do que constituir uma categoria natural e/ou biológica, se funda na análise das categorias femininas e masculinas, tornando-se uma categoria social e culturalmente construída.

Na mesma orientação podemos afirmar que o conceito de poder tem um sentido muito geral e emprega-se em níveis variados da realidade social, ou seja, trata-se de um termo que revela uma certa ambiguidade semântica, ao mesmo tempo traduzindo-se em noção complexa. De um modo geral e corrente, *poder* significará a capacidade de fazer esta ou aquela coisa, de realizar uma operação, qualquer faculdade de agir (Birou, 1978: 305). Contudo, a definição mais usual é a de Max Weber, segundo a qual o poder é a probabilidade de o actor social impor sua vontade numa relação social, pese embora o

⁵ Tais valores incluem aspectos como poder, bens materiais, os serviços dos outros, papéis que conferem prestígio, tempo descrionário, comida e cuidados médicos, autonomia pessoal, oportunidade de treino, assim como a segurança da coacção física.

facto de existir oposição e/ou resistência a esta relação, independentemente do seu fundamento (citado por Loforte, 1996: 29 & Loforte/Arthur, 1995: 11).

Para Kayong-Male e Onyango (1984: 27) preocupados em analisar os processos e estruturas do poder familiar, consideram que nas teorias relativas à família em geral, a questão do poder não pode ser vista isoladamente excluindo a questão da autoridade, ou seja, o tipo de poder baseado em normas que claramente legitimam a posição do indivíduo e requer que o respeito e/ou obediência sejam concedidos à mesma pessoa.

Outros autores (Dubisch, 1986: 16 e Gilmore, 1990 citados por Arthur e Loforte, 1995: 11) insistem na necessidade de se distinguir o termo *poder* em relação ao outro afim, *influência*. Esta seria a capacidade e/ou habilidade de persuadir e manipular outrem a realizar o que se deseja, baseando-se não na força física, mas sim no carisma e autoridade moral.

Desta definição mais ampla do poder radicam outras tipologias do poder que não se excluem mutuamente: *poder doméstico* que seria a capacidade do indivíduo em impor a sua vontade nas decisões referentes às relações sexuais, ao casamento, à residência, ao divórcio e à vida das crianças (Gilmore por citado Arthur & Loforte, idem). O *poder recurso* que se refere à capacidade da pessoa ou grupo em obter e/ou extrair conformidade mesmo que haja resistência. Este poder depende da extensão pela qual o indivíduo controla recursos válidos e inacessíveis a quem está sujeito à acção do mesmo poder e, o *poder definicional* que radica no anterior, na medida em que se refere à habilidade da pessoa ou grupo em impor valores, normas, padrões de julgamento e definições situacionais aos outros (Chafetz em Blumberg, 1991: 78).

De um modo geral, em sociedades de descendência patrilinear como aquela em que ocorreu este estudo, as capacidades de impor a vontade do indivíduo sobre outrem no que concerne a decisões relevantes dentro do agregado familiar, a capacidade de controlar recursos insuficientes e válidos para a reprodução e continuidade do mesmo, de impor valores e normas, estiveram sempre associados aos homens, cabendo às mulheres a capacidade persuasora e manipuladora.

Deste modo, podemos afirmar que no âmbito das relações de género e poder, nestas sociedades a posição de “chefe” (no sentido de tomar decisões importantes no agregado) foi privilégio dos homens, cabendo às mulheres exercer a “influência” ao mesmo tempo que tentam, usando mecanismos diversos, reduzir o campo de acção e manobra desse poder.⁶

Quais e de que modo as mulheres chefes de agregado familiar controlam recursos importantes para a reprodução dos agregados e que tipo de influência exercem? Será que estas intervêm na tomada de decisões relevantes na vida do agregado como a negociação das alianças matrimoniais dos seus dependentes? Com a ausência temporária e/ou definitiva da figura masculina poder-se-á falar da alteração das relações de poder ou da sua transferência (WLSA, 1998: 2)?

Algumas pesquisas realizadas neste contexto peri-urbano (Loforte, 1996) questionam esta universalização da subordinação das mulheres indicando que por um lado, há alteração das relações de género em função das grandes transformações sociais e económicas que ocorrem no país e das trajectórias sócio-profissionais, origens e posições que os membros dos agregados familiares ocupam. Por outro lado, há mulheres que detêm algum poder, apesar das assimetrias e desigualdades. Com o argumento de que subalternidade e poder possuem lógicas diferentes que não se implicam necessariamente, especialmente no contexto urbano onde “(...) não há matriz única nas relações de género e de poder. (...) Estas diversificam-se de acordo com as diferentes conjunturas económicas e sociais” (idem, 1996: 22). Então, que tipo de poder detêm as mulheres e como é que se legitima dentro e fora dos seus agregados?

⁶ É preciso, tal como Loforte chama atenção, tomar em conta que a questão do poder, autoridade e relações de género não se põem somente entre os homens e mulheres. Em pesquisas realizadas no contexto peri-urbano na cidade de Maputo, alerta para o facto de termos que “tomar em conta as diversidades que emergem dos diferentes estágios do ciclo de vida das mulheres e que determinam o seu estatuto e poder. Mulheres idosas, sogras, detêm poder e autoridade devido à sua posição privilegiada no interior das unidades domésticas. O próprio campo feminino é marcado por hierarquias bem claras entre as mulheres nas diferentes linhagens e unidades residenciais” (1996: 41)

4-As redes sociais de protecção e estratégias de sobrevivência

Rede social não é um conceito recente no domínio dos estudos sócio-antropológicos, com referência especial à Antropologia Social. Quando este instrumento analítico emerge nos anos 30 e 40, no seu uso privilegiava-se a identificação das suas características morfológicas (como a amizade, o parentesco, a vizinhança, o sexo, etc) que designam o modo e a orientação como se formam e se constróem os diversos laços, em detrimento da descrição de situações específicas e estabelecimento de conexão entre redes e comportamentos de indivíduos que constituem tais redes (tratava-se do seu sentido metafórico).

Esta noção diferia da que considerava rede social um conjunto específico de laços entre um conjunto definido de pessoas, com a propriedade adicional de as características desses laços como um todo puderem ser úteis, para interpretar o comportamento social das pessoas envolvidas (Mitchell, 1969: 03). Assim, a inovação deste autor no contexto dos estudos das redes sociais foi o facto de seu interesse não focar somente os atributos dos indivíduos envolvidos na rede, mas também as características dos laços no seu relacionamento para com o outro, assim como o seu significado para explicar o comportamento dos indivíduos neles envolvidos.

No entanto, foi na Antropologia Social Britânica, após a segunda guerra mundial que se toma em conta o sentido analítico do termo, quando a preocupação passa a ser a análise das situações de grupos restritos, como resultado da insatisfação que havia perante o modelo estrutural-funcionalista clássico. Estes estudos tiveram a virtude e o rendimento analítico de ilustrarem que *"tomam em conta a dimensão dos sistemas sociais e do relacionamento interindividual na definição de comportamentos individuais e das relações duais"* (Portugal, 1995: 164).

No contexto desta pesquisa de compreensão das estratégias de sobrevivência, a análise destas inter-relações torna-se pertinente se por um lado, consideramos que os indivíduos, assim como os grupos familiares e/ou agregados não vivem isoladamente. Por necessidades diversas em bens e serviços, precisam de se ligar uns aos outros como amigos, vizinhos, parentes, crentes da mesma religião para fazer face a tais situações de

crise. Por outro lado, possibilitam-nos entender que relações e práticas sociais desenvolvem de modo a assegurar algum bem-estar e alguma protecção dando respostas aos problemas da solidariedade social que decorrem da crise de um Estado que se pretendia de providência.

Enfim, o papel da análise das redes sociais nestes estudos é de permitir examinar e compreender "*(...)o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas também, o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses. (...) estudar a forma como os indivíduos mobilizam diferentes tipos de relações sociais para fazer face às suas necessidades de bem-estar*"(Portugal, 1995: 165).

Para alguns autores como Santos (1995) estas redes só têm significado em oposição a este Estado-providência que nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento, na medida em que apontam para a existência de outras e diferentes formas de providência numa sociedade, compensando e servindo de alternativa às suas deficiências. Estas formas de providência societal que se articulam com as formas de providência estatal constituem a "*sociedade-providência*" caracterizada por uma malha de

"(...) redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de interajuda baseada em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss"(Santos: 01/02).⁷

Estas redes que se expressam em laços de solidariedade com base no parentesco e vizinhança, desempenham no contexto actual do bairro em estudo, o papel de provedoras de necessidades sociais, de manter o bem estar e o nível de vida dos envolvidos; assim como servem de alternativa à protecção social providenciada pelo Estado, à exclusão social e à pobreza a que as mulheres estão sujeitas.

⁷ Quando se fala de dom/dádiva refere-se normalmente à circulação e ou prestação de bens e serviços que estabelecem e alimentam relações sociais não redutíveis a interesses económicos ou de poder (Portugal, 1995: 157 citando S. Santos 1993 e Jacques Godbout 1992). Sobre as limitações e tensões internas deste conceito de sociedade-providência confrontar Arriscado Nunes (1995: 06/07).

Partindo do pressuposto segundo o qual as estratégias de sobrevivência dos agregados familiares variam de acordo com as possibilidades económicas de cada família (WLSA, 1998: 72), existirão estratégias de sobrevivência específicas a agregados chefiados por mulheres? De que modo estas respondem às dificuldades quotidianas de modo a aceder a recursos que as permitam a reprodução dos seus agregados?

5-A problemática das MCA's na literatura Moçambicana

De um modo geral e no contexto moçambicano existem poucos estudos que tratam especificamente desta problemática e/ou fenómeno de "mulheres chefes de agregados familiares". Contudo, este problema aparece como subsídio de argumentos que se referem ao lugar e posição social que a mulher ocupa relativamente ao homem em contexto urbano.

Relativamente à mulher e sua relação com a família podemos citar o estudo de Machaieie (1997) que aborda o papel social por esta desempenhado, no complexo processo de divisão do trabalho e de género. Ela sustenta que a mulher realiza grande parte das actividades ao acumular tarefas do espaço privado (doméstico) e público (fora de casa), num contexto em que ela procura encontrar alternativas para continuar a garantir o sustento da família. Dado que a prática da agricultura é restrita na cidade e não podendo servir de alternativa para a maioria das mulheres, estas optam por recorrer à actividades do sector informal para o sustento da família. Em que medida as actividades do sector informal constituem estratégia de sobrevivência dos agregados chefiados por mulheres?

Pesquisas feitas pela WLSA MOZAMBIQUE (1998) fazem referência a este fenómeno. Estas mostram a tendência cada vez mais crescente de famílias cujo "chefe" é a mulher, pois que dela depende o sustento da família, e é ela que define e procura as diversas formas de garantir a sobrevivência da família.

Estas pesquisas identificaram no meio rural três categorias de mulheres pertencentes a este grupo, com a característica comum de viverem sozinhas com filhos e/ou irmãos: viúvas, mulheres abandonadas e mulheres separadas (1998: 43). Destas categorias, as viúvas constituem a maioria e são chefes de agregado dada a inexistência da figura masculina. Por recearem relações conflituais entre padrastos e enteados não contraem nova união para educar melhor os seus filhos por um lado, e pela existência de tabus culturais em relação às viúvas que voltam a casar por outro, sendo por isso forçadas a manter o lar independente.

No meio urbano, as pesquisas identificaram para além das indicadas anteriormente outras categorias de mulheres chefes de família, nomeadamente: mães solteiras (mulheres que fazem filhos fora de qualquer convivência marital) e mulheres desmobilizadas, que são consequência da guerra. Destas últimas, a grande parte provém de zonas rurais, porque,

“na espera do inimigo as mulheres da Guerra faziam filhos; num grupo, em confronto, a gravidez provocava a desmobilização; no outro, os filhos mantinham-se na base. Já num contexto de paz desenvolveram estratégias para a sua reprodução social assumindo a responsabilidade pela família, seja como mães solteiras, viúvas, separadas, abandonadas, assim como chefes de família e seus filhos” (Idem: 44).

Estas pesquisas sobre as formas de família em contexto de mudanças sugerem que “mulheres chefes de agregado” constituem um traço característico da vida familiar tanto no meio rural como no urbano, sem contudo as suas análises considerarem o ponto de vista das relações de género e do poder entre os dois sexos nas respectivas unidades domésticas.

É nesta perspectiva que se insere a contribuição deste estudo. Mais do que descrever a condição sócio-económica destes agregados e indicar as respectivas categorias, assim como referir que se trata de novas tendências em termos de formas de famílias, é necessário ver o modo como se estruturam as relações de género e de poder nos agregados chefiados por mulheres. Bem como a forma como se constroem as

hierarquias e a sua influência nas estratégias empreendidas visando a reprodução dos mesmos agregados.

Como contribuição científica, o trabalho pretende-se como valor epistemológico na medida em que a pesquisa é uma oportunidade para testar o valor operacional do conceito "mulheres chefes de agregado familiar" em outros contextos sócio-históricos.

Em forma de síntese e reformulação da problemática a questão central que guia este trabalho é a seguinte: *que características sociais assumem as mulheres chefes de agregado familiar em contexto urbano e que mecanismos adoptam para a sua sobrevivência?*

6 - Conceptualização

O agregado familiar embora varie, em função dos contextos sócio-históricos que o determinam, é tido como sendo "*um grupo de pessoas que desempenham em conjunto funções domésticas, especialmente de cooperação económica e socialização de crianças*" (Loforte e José Arthur, 1995: 03). Estas autoras indicam que na realidade, a identificação de um "chefe" de agregado familiar foi e é uma preocupação dos relatórios dos censos populacionais em encontrar um interlocutor na família para evitar a duplicação da informação, "*o chefe é suposto ser aquele cuja sua presença regular na casa e sua autoridade, o tornam essencial na tomada de decisões; o que prove um consistente e regular suporte económico*" (Idem: 09).

Por outro lado, Ronsehouse (1994) e Peters (1995) consideram que ser chefe de agregado familiar tem significados diferentes para um homem e para uma mulher, isto é, chefia masculina e feminina não são equivalentes. Designar um agregado familiar como chefiado por mulher, assinala a ausência de um homem adulto economicamente activo e indica a presença de uma mulher, a chefe sem parceiro podendo ser solteira, separada, divorciada ou viúva. Por sua vez, designar um agregado familiar como chefiado pelo homem, assinala somente a presença de um homem *normalmente* assumido como chefe, e há um silêncio acerca da presença de uma mulher ou mulheres adultas.

Peters insiste, também no facto de termos de distinguir analiticamente entre agregados "*female-headed*" e "*female-maintained*" (sustentadas pelo esforço da mulher, seja ou não chefiado formalmente por um homem) e entre as mulheres chefes de agregado *de jure* (onde a mulher não tem um marido corrente e é reconhecida como a chefe legal) e *de facto* (onde o marido está ausente por muito tempo no trabalho migratório, num outro trabalho, ou onde o homem é polígino).

Do exposto podemos afirmar que não existe uma definição única e consensual de "mulheres chefes de agregado familiar", pois há uma multiplicidade de critérios que são usados. Notamos porém, a existência de traços comuns nessas definições, como sejam: a ausência temporária e/ou definitiva do homem no lar, o exercício da autoridade, o sustento da família, a tomada de decisões relevantes por parte das mulheres e o próprio reconhecimento que outros grupos familiares e a sociedade no seu todo dão às mulheres em função dessas responsabilidades e estatuto. Massiah neste caso afirma que a característica distintiva mais importante desta realidade é o facto de a mulher não somente assumir a responsabilidade dos problemas da família formada por ela, seus filhos e outros membros, mas também que a posição como chefe do lar seja reconhecida e admitida como tal por todos os membros da família (1984, 12).

Para este trabalho, adoptaremos a noção de "*mulheres chefes de agregados familiares*" empregando-a para descrever e indicar uma ampla diversidade de situações domésticas, classificadas e/ou tipificadas em sua maioria pela ausência de um homem adulto ou companheiro da mulher então chefe de agregado (neste caso *de jure*). Assim como a ausência de uma estrutura essencialmente constituída pelo vínculo conjugal entre os membros (neste caso *de facto*); situações essas que são reconhecidas pela sociedade.

7- Hipóteses

a) Há uma relação entre a 'condição sócio-económica' destas mulheres e o tipo de estratégias que adoptam para a sua sobrevivência. Assim, possuindo baixo nível de escolaridade, como alternativa elas recorrerem às actividades de venda no sector informal;

b) As "mulheres chefes de agregado" para a sua sobrevivência e reprodução dos seus dependentes recorrem e convertem redes existentes (parentesco e vizinhança) e a laços que geram em outros espaços sociais;

c) Há mais tendência à mulheres provedoras de subsistência do que "chefes" de agregado; pois que o simbolismo e funções que determinam a chefia são de responsabilidade e competência masculina assim como dos seus grupos familiares.

8- Metodologia

Uma primeira etapa na metodologia foi a recolha de dados preexistentes sobre o assunto em questão, através da pesquisa documental que consistiu na procura junto às bibliotecas (do CEA, UFICS e da Faculdade de Letras) e aos arquivos existentes do material bibliográfico sobre o tema. Ainda nesta fase foram realizadas algumas entrevistas com algumas pesquisadoras da área da mulher e género, afectas ao Departamento da Mulher e Género do Centro de Estudos Africanos. Estas pesquisadoras facilitaram o acesso às fontes teóricas e conceptuais do assunto, o que não aconteceu em relação ao material empírico sobre Moçambique dada a escassez de estudos feitos. Esta fase tinha como objectivo a familiarização com as investigações anteriormente realizadas sobre o tema, a abertura de pistas de reflexão para uma melhor construção da problemática.

O segundo momento foi a realização do trabalho de campo, caracterizado pela presença do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e as situações. Participando de uma ou de outra maneira no quotidiano desses

contextos e dessas pessoas. Esta participação ocorreu na primeira quinzena de Fevereiro de 2000, interrompida por motivos de cheias e retomada após o fim destas nos finais de Março. Nesta fase foram realizadas entrevistas semi-estruturadas baseadas num guião previamente elaborado contendo aspectos essenciais a reter visando submeter ao teste dos factos as hipóteses. Estas foram dirigidas a um grupo diferenciado de mulheres chefes de agregado (em número de trinta) em função do seu estado civil, nomeadamente viúvas, mulheres abandonadas, mães solteiras, mulheres com o cônjuge emigrante, divorciadas, nível de escolaridade e zona de origem; e, alguns líderes comunitários (secretário do grupo dinamizador e do círculo) com conhecimentos sobre a história e a organização política-administrativa do bairro.

A observação indirecta também constituiu uma das técnicas utilizadas para a recolha de dados no terreno. Com esta técnica captamos alguns aspectos não apreensíveis pela via da entrevista como aspectos físicos ligados as residências, actividades que desenvolvem e o modo como se desenrolam as solidariedades entre agregados vizinhos.

Em relação à selecção dos entrevistados não existiu um critério *à priori*, foram seguidas as indicações dos informantes, pois que era também objectivo do trabalho captar as representações sociais que os residentes do bairro no seu todo têm e que traços atribuem às mulheres chefes de agregado. Este aspecto não permitiu que se fizesse um estudo numa perspectiva comparativa, na medida em que quando nos apresentamos às estruturas do bairro, explicando o nosso objecto de estudo apenas nos indicaram as mulheres que fazem parte das categorias indicadas, que têm como traço comum a ausência temporária e/ou definitiva da figura masculina. O que significa que na sua percepção não existem mulheres chefes de agregado que habitam permanentemente com o seu cônjuge.

Finalmente, a escolha da área de estudo caracterizada a seguir na apresentação dos resultados preliminares, foi determinada por motivos contingentes (tempo e recursos materiais) assim como contactos anteriores mantidos com o bairro o que facilitou o

relacionamento com os entrevistados. Esta situação, assim como o facto de o entrevistador identificar-se etno-linguisticamente com a maioria dos entrevistados permitiu ultrapassar alguns contrangimentos (por exemplo, o receio) que surgiram neste processo da produção do conhecimento resultantes da diferença de idade e sexo entre *objectos e sujeitos* da pesquisa.

II-PARTE- RESULTADOS PRELIMINARES DA INVESTIGAÇÃO

1- Caracterização da área de estudo: O bairro Luís Cabral

O bairro Luís Cabral, como é actualmente e oficialmente designado, situa-se no Distrito Urbano (DU) número 05 entre as seguintes referências: a norte, o bairro de Jardim; a sul, a baía de Maputo; a este, a Av. de Moçambique que o limita com os bairros Unidade 7 e Chamanculo; e, a oeste, pela linha férrea, que o separa com os bairros de Infulené, Machava e Trevo.

Como uma entidade política-administrativa, o bairro é composto por oito células designadamente, A, B, C, D, E, F, G e H. Possui oitenta e três (83) quarteirões contendo aproximadamente cinquenta (50) a sessenta (60) unidades domésticas cada, possuindo zonas parceladas e outras não.

Quanto aos seus habitantes, de acordo com dados do último censo populacional realizado em 1997, o bairro possui 34037 habitantes, dos quais 16393 são do sexo feminino e 17644 do sexo masculino. Esta população é maioritariamente emigrante das províncias de Inhambane e Gaza, representando vários grupos etno-linguísticos, nomeadamente, os Chopes (em maioria), Bitongas e Tswas, embora exista uma minoria constituída pelos Shanganas e Rhongas.

O bairro possui cinco escolas, três públicas (Unidade cinco, Unidade seis e Unidade A) e duas privadas (Mabutini e Estrela do Mar) que leccionam os ensinos primários do primeiro grau, do segundo grau e secundário geral respectivamente. Possui apenas um posto médico privado denominado "Mapinhane". Em consequência deste



facto, os habitantes do bairro são obrigados a deslocarem-se ao Hospital José Macamo ou ao Hospital Geral do Chamanculo, ambos situados nos bairros vizinhos.

No que diz respeito à habitação, a maior parte das residências foi construída usando caniço, chapas de zinco e madeira, do mesmo modo que existem algumas melhoradas, feitas de blocos e chapas de zinco e/ou cimento armado. Estas têm água corrente e electricidade, serviços que não atingem as zonas periféricas do bairro onde residem os mais desfavorecidos.

Relativamente aos padrões de emprego e ocupação, os habitantes participam de diversas formas na economia urbana recorrendo a diferentes fontes geradoras de rendimento: o emprego assalariado nos sectores formal e informal; as actividades por conta própria, do tipo pequeno comércio informal ambulante, nas esquinas e em frente às suas casas; pequenas actividades de exploração agrícola em forma de hortícolas localizadas na periferia do bairro, em particular ao longo da vala de drenagem ali existente.

De acordo com alguns informadores-chave, o bairro não teve sempre esta designação de Luís Cabral, nome que lhe foi atribuído após a independência pelo então presidente Samora Machel em homenagem ao seu homólogo da Guiné-Bissau, com o mesmo nome, num comício realizado no mesmo bairro. Anteriormente o bairro era designado por *Chinhambanine* (pequena Inhambane), dada a influência e predominância de populações oriundas da província de Inhambane.

2- O Perfil Social das Mulheres Chefes de Agregado Familiar

Do ponto de vista da sua identificação social, o grupo de trinta mulheres que foram objecto desta pesquisa (com idades compreendidas entre os 25 e 55 anos) são na sua maioria oriundas das províncias de Gaza e Inhambane. Estas emigraram em diferentes momentos, no período colonial atraídas pelo processo de urbanização então em curso e nos seus primórdios à procura de emprego. Constituíram a força de trabalho

dás empresas de processamento de castanha de caju situadas nos bairros da Machava e Chamanculo; desta força de trabalho, a masculina residente neste bairro e que chegou no mesmo período constituiu o grosso da mão-de-obra que esteve afectada na então Câmara Municipal de Lourenço Marques, mais concretamente nos serviços de salubridade, obras públicas assim como na antiga empresa SONEFE ligada ao fornecimento de energia.⁸

No período subsequente, após a independência, o êxodo continuou levando a que as pessoas emigrassem em busca de novas oportunidades de vida; outras vinham iniciar e/ou continuar os estudos dado que nas zonas rurais herdou-se uma situação caracterizada pela existência de uma fraca rede escolar. Outras ainda emigravam em companhia dos seus cônjuges que procuravam emprego. O último período de migrações significativas foi o da década de 80; nos seus primeiros anos surge a seca que juntamente com a intensificação das confrontações armadas obrigou a que a população se dirigisse para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de segurança.

Os dados relativos à zona de origem e/ou naturalidade (Tabela 1 nos anexos) mostram uma predominância de mulheres da província de Inhambane em particular dos distritos de Govuro, Zavala e Inharrime, seguindo a província de Gaza com os distritos de Manjacaze, Chokwè e Bilene-Macia. Relativamente a Maputo cidade, são mulheres que nasceram na cidade e que por imperativos diversos, como o custo de vida tiveram que vender as chaves das suas flats⁹ e mudarem-se para este bairro. Maputo província diz respeito somente ao distrito de Moamba.

Outro indicador do perfil social das mulheres chefes de agregado familiar é o seu nível de escolaridade; segundo dados por nós recolhidos, nenhuma tem frequência do ensino médio ou pré-universitário e a maioria possui habilitações compreendidas entre a primeira e a quinta classes (18) seguidas das mulheres que nunca foram à escola, ou seja,

⁸ Estes dados referentes a história do bairro foram recolhidos no âmbito do projecto *Redes sociais* do CEA supervisionado pela Dr. Tereza Cruz e Silva na qual participei juntamente com alguns colegas do terceiro ano do curso de bacharelato em ciências sociais como auxiliar de pesquisa no ano de 1999.

⁹ Esta prática surgida no início da década 90 foi objecto de indivíduos que dada a sua condição sócio-económica não tinham recursos para suportar os encargos resultantes da vida na cidade, assim como pelos indivíduos que com a chegada da paz desejavam regressar às suas zonas de origem. Numa primeira fase consistiu na troca da chave da flat por material de construção e respectivo talhão em zona peri-urbana; mais tarde dada a tendência crescente do fenómeno o governo foi obrigado a legalizar a prática na medida em que os imóveis cujas chaves eram vendidas pertenciam ao Estado e este, sentia-se lesado.

são analfabetas (7); o resto frequentou sem concluir o ensino primário do segundo grau e o secundário geral (Tabela 2 nos anexos).

Numerosos factores contribuíram e contribuem para esta situação de fraco nível de escolaridade das entrevistadas, nomeadamente, a falta de condições materiais mínimas para o pagamento da matrícula e a consequente aquisição do material didáctico. Aspectos culturais, como o facto de os progenitores preferirem mandar à escola os filhos de sexo masculino em detrimento das raparigas, assim como o facto de seus pais e maridos não aceitarem que elas saiam de casa. A falta de vagas e a ausência nas proximidades de um estabelecimento de ensino vocacionado à alfabetização de adultos constituíram outro constrangimento.

Como consequência deste nível de escolaridade, constatamos que quase todas as inquiridas não possuem requisitos para obterem um emprego no sector formal, levando a que a maioria tenha como alternativa a realização de actividades no sector informal, em especial o comércio, assim como a realização de trabalhos ocasionais como a limpeza dos espaços públicos do bairro em troca de bens de primeira necessidade disponibilizados pelo Conselho Municipal.

Este estrato feminino não é homogéneo, na medida em que estes agentes sociais diferem não somente do ponto de vista das suas características sociais e demográficas, mas também em relação às suas trajectórias sociais, motivações que as levaram àquela situação, assim como do ponto de vista das suas responsabilidades e papéis que desempenham tanto ao nível do agregado familiar como fora dele. Nesta heterogeneidade estão presentes as seguintes categorias: as mulheres abandonadas, as mães solteiras, as mulheres com cônjuges emigrantes e viúvas.

Como ilustram os dados (Tabela 3 nos anexos), as viúvas constituem a categoria com mais mulheres chefes de agregado familiar em função da ausência definitiva da figura masculina. Elas perderam seus cônjuges em diversas circunstâncias: umas durante a guerra, prestando o seu dever patriótico; outras por doenças; e, outras ainda por acidentes de trabalho. Estas residem somente com os seus filhos menores, salvo algumas

excepções em que partilham o local de residência com familiares do ex-marido como cunhados e cunhadas, e nunca sogros por estes se encontrarem nas zonas de origem.

A segunda categoria mais significativa é a das mães solteiras, que nunca estiveram em nenhuma convivência marital. Várias razões são indicadas para o facto de não co-residirem com os pais dos filhos, entre elas apontamos duas. A primeira é a insistente recusa por parte destes em reconhecer a paternidade, factor que resulta na existência de muitos filhos não registados. A segunda é devido ao facto de o cônjuge ser polígino¹⁰ e esta não constituir uma esposa privilegiada, muitas das vezes devido a sua idade. A maioria destas residem sozinhas com os seus filhos, protegendo estes de um potencial relacionamento conflituoso entre madrasta e enteados.

A última categoria significativa em termos quantitativos é a das mulheres abandonadas pelos seus cônjuges. Estão nesta situação de abandonadas pelo facto de o cônjuge ter começado um relacionamento extramatrimonial e optar por romper laços afectivos com a primeira; a emigração definitiva para África do Sul sem manter contactos por períodos longos com a sua família e o facto de alguns cônjuges revelarem comportamentos reprovados ao nível da comunidade tais como o consumo excessivo e abusivo de bebidas alcoólicas assim como roubo.

Em número não significativo identificamos as mulheres que são chefes de agregado familiar *de facto*, mediante a ausência da figura masculina que emigrou à procura de melhores condições de vida fora do território moçambicano, mais especificamente o trabalho migratório na vizinha África do Sul.

Estas categorias de mulheres chefes de agregado familiar, têm como traços característicos comuns o facto de serem elas que providenciam a subsistência para os seus dependentes. São responsáveis pela educação das crianças nos grupos familiares e de lhes proporcionar condições materiais para o acesso à educação formal.

¹⁰ Segundo Loforte (1996: 140) um elevado número de esposas é sinónimo de mais filhos, de prestígio e de prosperidade para as famílias com maiores meios económicos, na medida em que elas contribuem com a sua força de trabalho na realização de tarefas do agregado. Mas, por outro lado, face os grandes encargos de uma família composta a tendência é de reduzir o número de esposas; e, para o caso específico da realidade urbana, este tipo de família desintegra-se dada a falta de espaço e por motivos económicos.

Outra característica das mulheres desta categoria é que, embora não habitem com os pais dos seus filhos, em termos de relações de poder e mais concretamente no âmbito do processo de tomada de decisões importantes acerca destes e/ou de qualquer outro assunto em que os filhos estejam envolvidos ou que estão afectados. Elas estão numa situação de desvantagem e inferioridade, na medida em que elas não têm protagonismo e nem contribuem nas grandes decisões. Estas são tomadas pelo pai dos filhos, embora ausentes temporariamente ou seu grupo familiar mesmo que não providenciem sustento ao agregado e/ou pela família dela, situação que faz com que elas não exerçam todas as prerrogativas do poder doméstico:

"...o meu marido, ele está na África do Sul a trabalhar nas minas, ele só volta em tempo de férias, aqui em casa eu estou sozinha com meus filhos e uma sobrinha dele; ele manda alguma coisa para casa mas não chega, é por isso que estou aqui a vender todos os dias[...]Sobre quem manda ou decide aqui eh...é difícil dizer; coisas pequenas eu posso resolver, se não são pequenas eu escrevo carta para ele me dizer, mas se não há tempo falo com família dele ou minha família, depende da situação..."¹¹

Embora a ausência da figura masculina seja relativamente maior em termos de tempo, e ela possua alguns rendimentos (baixos, instáveis e insuficientes) e que controla e gere alguns recursos materiais e financeiros alocados pelo cônjuge; esta situação confere-lhe apenas poderes limitados em relação a decisões relevantes na vida do agregado familiar e dos filhos, cabendo esta tarefa ao grupo familiar aliado. Alias, neste contexto é contestada a posição defendida e universalizada por Blumberg (1991: 09) segundo a qual o controlo da renda por parte da mulher, ou seja, a detenção de algum poder económico por parte da figura feminina pode significar que ela reforce ou tenha maior voz nas decisões familiares.

Neste contexto podemos concordar com Massinde (1993: 103) e Elson (1990: 11) que defendem respectivamente que o uso e controlo de certos recursos não significa

necessária e efectivamente poder e autoridade. Estes autores sugerem que façamos uma distinção entre agregados familiares em que as mulheres exercem funções e possuem uma gestão autónoma dos recursos e aqueles em que as mesmas exercem funções que lhes são delegadas (citados por Arthur e Loforte, 1995: 14/15), na medida em que:

“O manejo autónomo conduz à tomada de decisões devido à autoridade que lhe é conferida, o que se traduz no uso dos meios a seu dispor incluindo a própria terra, o trabalho, o capital e a alocação dos rendimentos do agregado em diferentes gastos.[...]Por outro lado, (...)a função delegada implica a feitura de escolhas significativas acerca de usos alternativos dos recursos, mas na base de uma autoridade delegada pelo esposo ou por outros membros masculinos”.

Estamos em presença de mulheres chefes de agregado familiares *de facto*, onde o elemento masculino ausente temporariamente no trabalho migratório lhes delega determinadas funções; e estas exercem um poder restrito, limitado e sujeito à interferências de alguns membros do grupo familiar, tanto do homem ausente como da própria mulher.

3- As estratégias de sobrevivência

Com o objectivo de poder aceder e controlar recursos, fazer face às condições económicas precárias que enfrentam no dia a dia, garantir a subsistência dos seus membros, dado o carácter não regular e de pouco rendimento das actividades por conta própria que realizam, os agregados familiares recorrem e accionam diferentes estratégias para a sua sobrevivência. Algumas dessas estratégias são: a venda, o recurso a diversas redes de protecção social baseadas em laços de diversa natureza gerados em espaços sociais distintos como o parentesco, a vizinhança e a religião. Recorrem à providência social disponibilizada pelo Instituto Nacional da Acção Social, constituído por um conjunto de programas de assistência social designadas por “subsídio de alimentos” e

¹¹ Paulina Mucavel, entrevista realizada no dia 10.02.2000.

“comida pelo trabalho”, programas em que mulheres chefes de agregado (MCA's) constituem um dos grupos alvo em termos de beneficiência.

Cada um destes mecanismos empreendidos ou a sua combinação possibilita à mulher chefe de agregado familiar a obtenção de recursos necessários e úteis para o sustento e manutenção do agregado de que ela é principal responsável.

3.1-O pequeno comércio informal

De modo a garantir a subsistência das suas famílias, as mulheres chefes de agregado exercem actividades de venda enquadradas no sector informal. Esta opção é resultado da exclusão que estas estão sujeitas nos sectores mais importantes da vida urbana, nomeadamente o sector formal da economia. Por sua vez, a exclusão a que estão sujeitas no sector formal deve-se a vários factores, com particular relevância para a falta de qualificações profissionais, decorrente do fraco nível de escolarização que possuem, impedindo deste modo que elas tenham possibilidades de acesso ao emprego no mercado de trabalho e às limitações impostas pela tradição, mais particularmente aos preconceitos existentes relativamente à mulher que trabalha.

Quanto ao tipo de produtos vendidos, elas confeccionam e vendem bebidas alcoólicas, carvão, hortícolas, em especial as produzidas no vale do Infulene (alface, couve, cacas, etc.), frutas, amendoim torrado, óleo, castanha de caju aos montinhos, etc. Estes produtos provêm de pequenas explorações de hortícolas (para as que têm acesso a essas pequenas porções de terra para cultivo), de compras que são feitas nos vendedores que as possuem, assim como em deslocações que são feitas aos grandes mercados como o de Xipamanine, Malanga e Fajardo. Estes mercados são citados como tendo produtos a preços mais acessíveis.

Estas actividades de venda, dado a certas condições e constrangimentos que ocorrem no seu desenvolvimento, como falta de capitais, limitações e exclusão no acesso a créditos por parte de mulheres não permitem ter como finalidade a acumulação, mas somente a sobrevivência. Elas são caracterizadas pela instabilidade e desenvolvem-

em visitas regulares ou em momentos de doenças, missas, mortes desempenham um papel importante de solidificação, manutenção e reprodução de laços familiares entre eles.

Segundo as entrevistadas, intervêm neste tipo de estratégias de sobrevivência alicerçadas em solidariedades inter-familiares e ajuda mútua apenas os parentes da sua linhagem, excluindo os parentes dos ex-maridos (para o caso das viúvas) e pais dos filhos (no caso das mães solteiras, abandonadas e divorciadas). Estas estratégias que têm como base o recurso a laços familiares, fazem parte de um conjunto mais amplo complementando-se deste modo com outras formas de ajuda mútua e solidariedade que se baseiam em laços que resultam da proximidade física dos agregados familiares.

3.3- Redes sociais baseadas na vizinhança

Na análise da organização e dinâmicas internas dos agregados familiares, é essencial observar como é que as suas características são influenciadas pelas relações fora deste, ou seja, é necessário focar não só o aspecto das relações intra-agregado, mas também inter-agregados e reconhecer as interacções entre níveis da organização social e entre unidades sociais e processos sociais:

"While not peculiar to Africa, an essential lesson from research on the continent has been that 'households' or 'domestic units' cannot be understood in terms of their internal dynamics alone, but only in relation to the broader social groups, networks and categories in which they are embedded. People... draw on...extra-domestic...structures and networks...for resource access" (Peters, 1995: 98).

Dois indivíduos são considerados ou consideram-se vizinhos se habitam ou trabalham em locais ou localidades próximas, tomando consciência da sua presença recíproca e repetida num espaço circundante e veiculando, por consequência, uma relação específica a este espaço (Hannez, citado por Loforte, 77). Este conceito de vizinhança é também formulado pelos próprios intervenientes neste campo de relações, na medida em que passa simultaneamente pelo seu imaginário social que reflecte e é

reflectido pela prática e experiência quotidiana como ilustra o discurso da Sra. Anacleta, viúva, conhecida no bairro por "mamana nwamatshama yexe":¹³

*"...você mesmo que estudou não sabe o que 'muyakelani'? (...) Yah, isso aí, vizinho yah; (...) para mim é tudo aquelas pessoa que não passa um dia sem que a gente vê, quando a gente acorda nos vemos e cumprimentamos, quando vamos cartar água, estamos juntos, até quando vamos vender no 'dumba-nengue'; é isso aí mesmo, é aquele que ajuda quando falta qualquer coisa para sua casa ou para seus filhos; quem não cumprimenta e não ajuda para mim não é vizinho....Ah, aquela pessoa que passa de lá longe, eh... não, não é; pode viver aqui perto para mim não é..."*¹⁴

É no âmbito da vizinhança que se verifica essa solidariedade entre os agregados familiares, e mais especificamente ao nível do mesmo quarteirão. O papel desempenhado por estas redes é o de colmatar carências diárias que afligem os residentes do bairro; por exemplo, Cecília Rafael Chaúque, de 33 anos de idade, viúva desde 1987 devido a guerra, reside só com os seus sete filhos, e como as actividades de venda que realiza "cairam"¹⁵, quando tem algum problema, como a falta de óleo, sal, fósforo para acender o lume, tomate ou outra necessidade recorre aos seus vizinhos na medida em que não tem familiares próximos e a família do ex-marido não lhe presta nenhuma assistência.

Por outro lado, esta situação reflecte que as redes com base na vizinhança complementam ou servem de alternativa às limitações, obstáculos, subordinações, discriminações e exclusões que podem caracterizar as solidariedades e assistências via parentesco baseando-se em critérios como o sexo, a geração e/ou a etnia, situação a que passou Helena Seventine Changavese após a morte do marido:

"...se eu sofro aqui não é que não tenho ninguém para me ajudar. É certo que a minha família não vive aqui perto porque eu sou natural do distrito de Govuro (Mambone) em Inhambane. Estou aqui a passar mal todos os dias acordar cedo ir ao Fajardo ou Malanga 'guevar' coisas e vir ficar aqui a vender. Tenho família do meu

¹³ Em português esta expressão significa a mulher e/ou senhora que reside sozinha.

¹⁴ Entrevista realizada no dia 13.12.2000.

¹⁵ É a tradução do termo rhonga *kuwa* que neste contexto exprime a falência.

se nas ruas, nas esquinas em frente às suas casas ou locais de grande afluência do público. O desempenho destas actividades alicerça-se muitas vezes nas redes sociais existentes no bairro.

3.2- Redes sociais com base no parentesco¹²

O parentesco é um dos espaços privilegiados para o exercício da solidariedade. Muitos estudos caracterizavam a família no contexto urbano como uma unidade nuclear e estruturalmente isolada; nesta perspectiva a mudança do espaço rural ao urbano, e a consequente mudança do modo de vida implicava a quebra de laços mais extensos do parentesco e ao surgimento de um modelo familiar onde o núcleo conjugal se torna o centro das obrigações em detrimento de outros laços. Este modelo, segundo o argumento dos mesmos estudos, era resultado da incompatibilidade entre valores das sociedades e ou comunidades urbanas com a manutenção de lealdades e solidariedades parentais e ou familiares (Portugal, 1995: 159/160).

Porém, outros estudos, e alguns deles no nosso contexto (Rita-Ferreira, 1967) mostram o contrário, indicando que as relações de parentesco desempenham papel importante para o funcionamento da família no contexto urbano. Evidências empíricas indicam que os parentes mantêm entre si contactos e laços afectivos no mesmo espaço e/ou com outros distantes e por outro lado, neste contexto urbano no qual as mudanças assumem um ritmo relativamente maior, o parentesco e/ou a família assumem também um papel normativo, representando cada vez mais um elemento estável que permite aos indivíduos encontrarem um sentido para a sua acção.

Na percepção das entrevistadas o modo de vida urbano no geral e do bairro em particular, assim como o contexto de grandes carências e dificuldades com que se confronta o cidadão, implicam a que parentes, sejam eles por consanguinidade, aliança e/ou afinidade, desenvolvam diversas estratégias de cooperação inter-familiar, criem

¹² Segundo o relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano em Moçambique, as redes sociais de protecção baseadas no parentesco (RSBP) constituem mecanismos do ideário africano para sobreviver num meio severo e com recursos escassos (1998: 44).

redes de ligação familiar para apoio económico e social, mais particularmente uma inter-ajuda, de carácter permanente e pontual em momentos de grandes aflições e alegrias como doenças, mortes, conflitos conjugais, casamentos e outro tipo de celebrações.

Alguns autores demonstram esta importância das redes sociais como mecanismos que garantem a sobrevivência; Mafeje (1991) (citado por Arthur e Loforte, op. Cit. 07), e com quem concordamos pois aplica-se à situação em estudo, considera que

“se nos países capitalistas desenvolvidos um só individuo é capaz de ser auto-suficiente pelo alto poder de compra que tem, nos países de capitalismo periférico – como o nosso – com o baixo valor atribuído à mão-de-obra, a sobrevivência depende da possibilidade e da capacidade de partilhar recursos e desenvolver estratégias de grupo”.

Estas redes e estratégias de grupo que o autor faz referência corresponde ao que no bairro funciona com base nas relações de inter-ajuda (solidariedade) entre os parentes. O interveniente recebe e/ou oferece a ajuda em forma de bem ou serviço de acordo com as necessidades e suas possibilidades. Esta ajuda pode ser sob forma de alimentação, saúde (disponibilizando assistência medicamentosa se o parente estiver doente), educação (em forma de material escolar) assim como abrigo.

Como fizemos referência atrás, a maioria dos residentes do bairro Luís Cabral é emigrante das províncias de Inhambane e Gaza, e como afirma a maioria dos entrevistados, muitos deles foram recebidos pelos seus parentes que se fixaram anteriormente e que lhe prestaram ajuda na procura de espaços para edificarem as respectivas residências.

Estas solidariedades inter-familiares não se circunscrevem apenas ao espaço urbano e do bairro em questão; elas possuem também um carácter inter-regional pois que os membros destes agregados podem solicitar ajuda que é lhes prestada por outros parentes que estão nas zonas de origem (avós, tios, irmãos, pais, etc.) providenciando bens alimentares de difícil acesso em contexto urbano como mandioca, cocos, farinha de mandioca, milho, hortaliças diversas, etc. Por outro lado, estas redes que se manifestam

marido aqui na zona da Maquinag e no bairro Jardim, eles não me ajudam porque não querem, não gostam de mim, desde a altura em que me juntei ao filho deles, diziam que eu sou mais velha não queriam Mandaus. Eles até hoje recebem da empresa onde trabalhava, uma indemnização porque foi acidente de serviço, mas nem um pouco dão-me... ”¹⁶

Estas redes no âmbito da vizinhança como alternativa às do parentesco possuem uma lógica de funcionamento própria, embora dependam do grau de inclusão dos seus membros, maioritariamente mulheres. Tendo como suporte as solidariedades femininas (situação que reforça a sua importância no contexto da economia e do trabalho doméstico, neste caso específico tornam a mulher chefe do agregado familiar como figura central no apoio e estratégias de sobrevivência e reprodução entre os agregados).

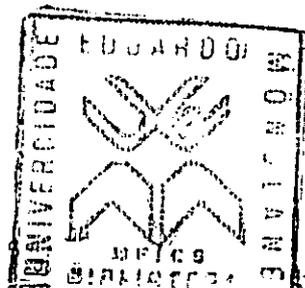
Estas redes caracterizam-se pela circulação de bens e de ajuda entre agregados vizinhos. Contribuindo para restaurar um equilíbrio no acesso diferenciado de bens e serviços fruto de grandes encargos resultantes do alto custo de vida. Essas ajudas mútuas possuem uma estrutura de funcionamento que se pode enquadrar no grande princípio que subentende o “espírito da dádiva”: dar, receber e retribuir.

Notamos que as redes com base na vizinhança providenciam também, apoio material e moral aos seus membros em momentos de grande aflição como a morte de um membro dos agregados vizinhos. Em alguns quarteirões como os nºs 17, 22 e 24 quando tal acontece, os seus moradores contribuem com algum dinheiro (que varia segundo as possibilidades de cada um), sob a coordenação dos chefes de quarteirão que mais tarde é disponibilizado ao chefe do agregado atingido pelo infortúnio.

Existe também entre algumas mulheres vizinhas a prática do “xitique”.¹⁷ Esta mais do que representar uma forma de adaptação à economia monetária (como constatou Loforte em 1996 no bairro Laulane com características quase idênticas a este) e constituir uma forma de poupança (princípio que lhe está subjacente) visando qualquer

¹⁶ Entrevista realizada no dia 08.03.2000.

¹⁷ É uma prática na qual os indivíduos envolvidos contribuem uma determinada soma num período por eles determinado. A recepção do dinheiro obedece a um critério de rotatividade previamente instituído pelos participantes, assim como as respectivas regras.



benefício económico como a acumulação, trata-se de um contributo para a economia doméstica possibilitando a satisfação de necessidades imediatas ao mesmo tempo que constitui um dos espaços no qual se solidificam e se reproduzem as sociabilidades entre os envolvidos, como acontece na religião.

3.4- Redes sociais baseadas na religião

A religião tal como o parentesco e a vizinhança é um dos espaços de sociabilidade que nos permite entender como é que são empreendidas estratégias para a reprodução dos agregados pelos respectivos crentes. No bairro Luís Cabral predomina a religião cristã evangélica-pentecostal, mais especificamente as igrejas Zione que se formam por um processo de segmentação motivados por diferença de interesses, clivagens e divergências de opinião entre seus crentes com estatutos hierárquicos superiores como o caso de bispos e pastores. No entanto, quase todas as entrevistadas (28 mulheres contra uma que é Católica e outra que não frequenta nenhuma) frequentam estas igrejas, são crentes, na medida em que para além da simples presença nos cultos, participam activamente nas diferentes actividades que estas instituições organizam.

As igrejas Zione caracterizam-se fundamentalmente por funcionarem junto das residências dos seus líderes, construídas com base em caniço e chapas de zinco. São dirigidas por indivíduos de um nível de escolarização muito baixo ou sem qualquer grau de escolarização; não estão todas registadas oficialmente; têm poder de cura de algumas doenças supostamente não curáveis pela medicina científica moderna (Biomedicina), ao mesmo tempo que expulsam demónios e muitos dos crentes são da zona de origem do seu pastor ou bispo.¹⁸

¹⁸ Dados obtidos do Quadro resumo da situação das igrejas pentecostais no bairro Luís Cabral – compilado do trabalho realizado sobre redes sociais. Elaborado por Zefanias Matsimbe (Dezembro de 1999) com a colaboração de Padil Salimo. Maputo: CEA. (Não publicado).

Segundo Loforte (1996) e Cruz e Silva (2000) este movimento das igrejas Zione surge nos Estados Unidos de América (cidade de Zion em Illinois) tendo como fonte de inspiração a Christian Catholic Apostolic Church in Zion (CCACZ) cujo fundador foi John Alexander Dowie no ano de 1886. No contexto africano, aparece como resultado da sua expansão nos arredores de Joanesburgo em 1904, disseminando-se na respectiva população negra. Já em Moçambique, o movimento religioso Zione, foi originalmente trazido pelos trabalhadores migrantes na África do Sul que lhes dava uma ordem de símbolos, conceitos e formas práticas que prometiam uma resolução para os seus problemas de vida entre o mundo dos empobrecidos de uma subsistência rural e mão de obra.

Estas igrejas são frequentadas por pessoas relativamente muito pobres, pouco escolarizadas e cuja maioria é constituída por mulheres. Poucos crentes rezam nestas igrejas há muito tempo, são provenientes da Igreja Católica e de Igrejas protestantes. Uma das razões indicadas para justificar a adesão por estas categorias de crentes, é o facto de a sua pregação ter como sustento as curas divinas (Loforte, 1996: 310) aliadas a uma identidade entre a ideia de força espiritual que move a maioria das religiões tradicionais africanas e este movimento (Cruz e Silva, 2000: 01).

Além deste motivo os pastores destas igrejas justificam a aderência de mulheres reproduzindo o discurso dominante segundo o qual as mulheres estão predispostas a doenças por serem fracas. Quanto a nós este discurso negligencia o facto importante de que elas são as responsáveis pelos cuidados de saúde no meio familiar e que também a entrada nestas igrejas significa paz na alma e/ou espírito assim como a protecção contra actos de feitiçaria.

As razões invocadas pelas entrevistadas para a sua adesão são várias; para algumas, é o facto de a Igreja Católica ter deixado de ser obrigatória; outras converteram-se após o casamento; outras ainda converteram-se porque procuravam uma "nova família" que lhes ajudassem em momentos de crise, ou seja, procuram melhores condições de vida dado que nestas igrejas desenvolve-se muita solidariedade e ajuda mútua. Finalmente, a maioria transferiu-se por motivos de doenças pois muitas delas efectuam a cura, não só de doenças como também identificam espíritos de feitiço através

dos rituais de purificação e limpeza que segundo Cruz, e Silva são importantes para a reintegração social mediante a libertação do indivíduo da poluição e restauro da sua identidade como membro de um grupo.

Para o seu funcionamento e realização de diferentes actividades nas quais os seus crentes participam, as diferentes igrejas Ziones estão organizadas e estruturadas de várias maneiras. Muitas das actividades desenvolvidas são de âmbito social, visando a protecção e servindo de alternativa aos crentes em relação às suas preocupações e carências diárias. Ao mesmo tempo que procuram influenciá-los no sentido da direcção desejada pelo grupo ou instituição.

Deste modo, encontramos no bairro um conjunto de igrejas Zione que através das actividades que realizam, intervém em quase todas as esferas e dimensões da vida dos seus crentes, mais particularmente em momentos de morte, doença, casamento e na promoção da justiça. Embora o modelo de intervenção varie de igreja para igreja, existe porém, alguma semelhança na organização, estrutura e actividades que realizam. Em termos de hierarquias possuem cargos com papéis semelhantes; internamente existem comissões que tratam de problemas e assuntos específicos da igreja e dos seus crentes.

A questão das hierarquias e da posição e/ou lugar que a mulher ocupa nestas igrejas torna-se relevante na medida em que permite-nos observar como é que estas como espaços sociais são estruturantes das relações de género e de poder. As igrejas zione reproduzem e solidificam o poder patriarcal; exceptuando algumas que ascendem a posições elevadas (e por via dos esposos que atingiram tais postos) elas são excluídas de certos saberes que dizem respeito à religião e subordinadas em certos cultos como o dos ancestrais e baptismos, pese embora o facto dos requisitos serem os mesmos: ser adulto(a), seguir as doutrinas, manter respeito em relação aos outros crentes e à comunidade em geral assim como revelar bom comportamento, etc.

Para além da intermediação da posição ocupada pelo esposo como condição para a sua ascensão na hierarquia interna das igrejas, o seu estatuto é marcado igualmente pela sua condição biológica (ciclo menstrual) como ilustra o bispo Vasco Julião Mabunda da Igreja Jerusalém de Deus Zione de Moçambique:

“(…) O lugar das mulheres das mulheres são iguais ao dos homens, mas não têm acontecido porque geralmente ela só pode subir com o seu marido. A mulher só assume os cargos via marido…” sobre a condição biológica da mulher acrescenta “(…) a mulher menstruada não é aceite entrar na igreja, ela só pode ficar fora da igreja e rezar lá. Quer dizer ‘a nyamili’, não está limpa. Para isso põe-se água com sal e cinza e ela é lavada e depois é que pode entrar…”¹⁹

Esta visão de um sénior da igreja ilustra não somente a existência de poderes diferenciados entre homens e mulheres na religião em desfavor destas, como também indica-nos que no mesmo espaço existe uma diferenciação no estrato feminino, o que permite identificar a posição das MCA’S.

De um lado, temos as mulheres casadas ou que possuem cônjuges detendo estatuto privilegiado na medida em que dependendo do lugar que ocupa o cônjuge na hierarquia religiosa podem também ascender aos mesmos postos. Por outro, as mulheres chefes de agregado *de jure* que não possuindo cônjuge (por serem viúvas, abandonadas e mães solteiras) não podem ascender na hierarquia da igreja.

Para o caso particular das mulheres chefes de agregado, existem comissões denominadas “*vamamana*” (as mulheres e/ou as senhoras) constituídas só por mulheres, com estrutura hierárquica própria e que se reúnem uma vez por semana. Nestes encontros discutem-se vários assuntos que afligem os seus lares, ao mesmo tempo que se promove uma educação aos seus membros relativamente aos seus deveres e obrigações (como cuidar da casa e do marido, educar os filhos, etc.). Nestas organizações, as MCA’S têm como papel a conversão dos infiéis, a organização das festas, assim como servir de agentes de evangelização.

Todas as actividades, projectos realizados e implementados, dependem da participação e contribuição dos seus crentes. Esta participação expressa-se de várias maneiras, podendo ser pela contribuição do dízimo (dinheiro) e em outras formas (bens diversos). A contribuição estende-se também, e aqui com maior importância para os próprios crentes em situações de morte, doença e ou casamento.

¹⁹ Em entrevista realizada no dia 30.03.2000.

Em caso de doença são feitas visitas ao doente com o objectivo de fazer orações de modo que ele melhore; estas são acompanhadas de pequenas contribuições que dependem das possibilidades financeiras de cada crente com o objectivo de comprar bens alimentícios como bolachas, arroz, frutas e medicamentos. Quando se tratar de morte, a ajuda alarga-se e serve para o pagamento de despesas do funeral (compra de caixão e pagamento da campa junto às autoridades do cemitério); para este caso é de referir que existem outros mecanismos de ajuda ao nível da vizinhança, que com estes se complementam e articulam.

É através destas actividades e contribuições que os Zione prestam algum apoio material e espiritual específico a uma categoria de mulheres chefes de agregado familiar, as viúvas, por considerá-las como fazendo parte dos grupos "vulneráveis". Como forma de revalorização e reintegração conferem-las papéis de importância relevante, tais como a resolução de conflitos que opõem os crentes. Muitos dos conflitos, por estas resolvidos, referem-se a casos de adultério que envolvem os crentes em especial os bispos e pastores com as suas fiéis e acusações de feitiçaria.

A resolução destes conflitos é feita nos diversos núcleos que compõem a igreja, como o das mulheres. As partes envolvidas são convocadas, expõe-se o problema e propõe-se a solução por via de consenso, sem necessidade de recorrer a outras instâncias como a polícia e o tribunal.

3.5-A Acção Social

Segundo as mulheres chefes de agregado familiar por nós entrevistadas, a área da acção social constitui uma das estratégias possíveis para garantir o sustento e a reprodução dos seus agregados. Estas actividades de assistência social são protagonizadas pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS) em coordenação com as entidades políticas e administrativas do bairro.

O INAS é uma instituição pública subordinada ao actual Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MIMUCAS) que surge em substituição do antigo

Gabinete de Apoio à População Vulnerável (GAPVU), instituição criada para a implementação do programa governamental de subsídio de alimentos. O objectivo central é de minimizar as dificuldades que recaem sobre os estratos mais vulneráveis da população urbana.

Como funciona este sistema? De um modo geral são beneficiários dos programas do INAS *indivíduos ou grupos de indivíduos indigentes e impedidos de se autosustentarem*. A situação de "indigência" ou "pobreza absoluta" é entendida pelo INAS como tendo duas dimensões que dependem uma da outra: a económica (que pressupõe que o indivíduo indigente não possui meios materiais e económicos financeiros que lhe possibilitem o autosustento) e a sociocultural (que pressupõe que o mesmo indivíduo não possui, ou não tem desenvolvidas as capacidades necessárias para encontrar alternativas de sobrevivência e de inserção no contexto sócio-económico, do qual faz parte (INAS, s/d: 10).

A abordagem das relações de *género* e de *poder* é uma das componentes importantes tomada em conta na filosofia do trabalho do INAS, pois se reconhece que

"... a mulher é o pilar fundamental na coesão e desenvolvimento da família, e uma peça chave do desenvolvimento sócio-económico"; assim, *"toda situação, práticas e atitudes que a discriminam e a marginalizam, comprometem a estabilidade social, o futuro do país e contribuem para perpetuar a situação de atraso e pobreza"* (Idem).

É nesta perspectiva que o grupo de MCA's constitui um dos alvos nos programas que decorrem no bairro Luis Cabral. Deste conjunto de programas destacam-se o de "subsídio de alimentos" (P.S. A) que tem como grupos alvos os idosos (60 anos para homens e 55 para mulheres), os doentes crónicos (maiores de dezoito anos e com responsabilidade familiar) e mulheres grávidas mal-nutridas e o programa "comida pelo trabalho" que engloba as MCA's e crianças mal nutridas. Este último programa "comida pelo trabalho" iniciou a 01 de Setembro de 1999 com a duração de um ano, envolvendo MCA's que se encontram em situação de pobreza. Abarca cinco distritos urbanos exceptuando Inhaca e Catembe no distrito urbano (DU) nº 01.

Nestes programas existem quatro critérios de elegibilidade: o de residência, no sentido de que o indivíduo deve estar a viver há mais de um ano no bairro em questão; o de rendimento (o rendimento *per capita* não pode exceder o valor mínimo que recebe um membro do agregado familiar); o etário embora não se aplique às MCA'S (para idosos, 60 anos para masculinos e 55 anos para femininos. Para deficientes, ter no mínimo 18 anos chefiando um agregado familiar) e o critério clínico que se aplica para deficientes: sensoriais (com surdez, mudez e cegueira total) e não sensoriais que se identificam a olho nu como paralisia, amputação e atrofiamento.

No âmbito da implementação do mesmo programa foi celebrado um acordo de parceria entre o INAS e o Conselho Municipal da Cidade de Maputo que estabelece as obrigações das partes. Assim, o acordo tinha como objectivo:

1) Promover oportunidades de inserção em actividades produtivas e no meio social de indivíduos em situação de pobreza absoluta com capacidade para trabalhar; 2) Elevar a auto-estima, a dignidade, as motivações e a preparação dessas pessoas por forma a que consigam desenvolver capacidades individuais e de grupo para a mudança da sua situação sócio-económica; 3) Contribuir, através da aplicação da mão-de-obra dos beneficiários do programa em tarefas de : a) saneamento de ruas e avenidas; b) limpeza de mercados formais e informais, parques, escolas e cemitérios; e c) outros que permitam melhorar a limpeza, o estado das rodovias, etc, etc. da cidade de Maputo (Acordo de Parceria).

Ainda neste acordo o INAS obrigava-se a seleccionar 150 beneficiários e garantir remuneração com um montante de 353.886,00 meticais (então salário mínimo) em cada mês.

Como ilustram os dados (Tabela 5 nos anexos) o DU nº 05²⁰, no qual está integrado política e administrativamente o bairro Luís Cabral, possui vinte e oito (28) mulheres chefes de agregado familiares como beneficiárias do programa "comida pelo trabalho", transferido do programa "subsídio de alimentos". Destas beneficiárias,

apenas quatro MCA's são do bairro Luís Cabral.²¹ A tabela ilustra também, que de acordo com as disposições constantes no contrato, o INAS ainda não cumpriu com uma das suas obrigações, que é de atingir 150 beneficiárias.

Para ser candidata a beneficiária deste programa de apoio às MCA's, a mulher deve ter mais de cinco (05) filhos dos quais nenhum pode ter uma idade igual ou superior a dezoito (18) anos porque estes são tidos como economicamente activos podendo desempenhar actividades para o seu auto-sustento. Além deste requisito básico, a MCA candidata deverá também responder a uma ficha de inquérito (em anexo) que contém numerosas questões como a identificação do(a) chefe do agregado familiar, informações sobre o estado da saúde do mesmo, informações sobre a fonte do rendimento e de auto-subsistência, membros do agregado familiar a seu cargo e observações da "permanente" que deverão ser confirmadas pelo chefe do quarteirão onde a candidata reside, o secretário do Grupo Dinamizador (GD) do bairro e finalmente pelo administrador do DU.

As informações da "permanente" dizem respeito a dados que colhe junto à própria candidata e testemunhas (vizinhas da mesma) relativos a sua situação social. Estas informações são enviadas em seguida ao chefe da delegação do INAS na cidade de Maputo que por sua vez envia um "visitador" para confirmá-los. Após confirmação dos mesmos, o chefe da delegação manda-os ao chefe nacional, única instância a decidir sobre a beneficiência ou não; num processo que segundo as entrevistadas pode durar sessenta (60) a noventa (90) dias, da inscrição até a obtenção da resposta final.

A implementação deste programa de apoio às MCA's encontra-se ainda numa primeira fase cujo prazo expira em Setembro próximo de 2000. Nesta fase e segundo o contrato, as beneficiárias estão afectas junto às escolas do bairro Luís Cabral onde têm como obrigações a realização de tarefas ligadas ao serviço de apoio como serventes responsáveis pela limpeza e toque do sino entre outras. Como recompensa, estas têm

²⁰ Importa contudo realçar que este distrito urbano possui para além de Luís Cabral onze (11) bairros.

²¹ Os dados referentes ao bairro Luís Cabral foram nos fornecido pela "permanente" do INAS afecto aquele bairro. "Permanente" é um indivíduo que reside no mesmo bairro e que coordena as actividades e serve de elo de ligação entre o INAS, as estruturas do bairro e os moradores do mesmo; é ela que faz a

direito a um vencimento mínimo e alguns produtos de primeira necessidade disponibilizados pelo INAS. Apesar de o número de beneficiárias ser reduzido, o programa revela algum impacto na vida das MCA's na medida em que serve de fonte de rendimento possibilitando a estas colmatar algumas das dificuldades com que se debate diariamente.

A segunda fase do mesmo programa inicia após o fim da primeira e consiste na implementação de vários projectos que as beneficiárias terão de escolher entre estes: padarias, moageiras, tecnologias de fabrico de serra, de blocos para construção, de telhados, sistemas de irrigação, aviários, fabrico de sumos, óleos, etc. Estes projectos não são de natureza individual, mas sim colectiva; as MCA's terão que se associar e antes da sua execução serão submetidas a formação de modo a que no mínimo saibam fazer o balanço das actividades que vão realizar.

Verificamos que são várias as estratégias empregues pelas mulheres chefes de agrêgado; para além de recorrerem às actividades comerciais, fornecem-se e trocam mutuamente bens e serviços no âmbito do parentesco, beneficiam não regularmente da solidariedade de carácter moral e humanitário dos seus correligionários bem como dos programas de assistência social do Estado.

inscrição dos candidatos a todos os programas do INAS. Segundo a mesma, este número reduzido de beneficiárias deve-se ao rigor dos critérios exigidos.

CONCLUSÕES

As mulheres chefes de agregado familiar como grupo alvo constituem uma realidade que assume diferentes configurações sociais de acordo com os contextos sócio-históricos e económicos e culturais que o determinaram; é uma realidade com tendência crescente, abrangendo um número significativo da população urbana e peri-urbana. Sendo assim, trata-se de um fenómeno a não negligenciar nos estudos relativos às mulheres, às dinâmicas familiares e no âmbito das relações de género.

Com este trabalho identificamos as características destes agentes sociais em contexto urbano, emais particularmente na periferia da cidade de Maputo, discernimos as causas ou motivações, as acções ou estratégias por estas adoptadas de modo a garantir a sua reprodução bem como dos seus dependentes. Neste âmbito constatamos que existem diferentes factores sócio-económicos e culturais que concorrem para a existência deste fenómeno; destes, destacam-se a guerra durante a qual muitas mulheres perderam os seus cônjuges, os efeitos do PRES que deixou muitas famílias sem as mínimas condições de sobrevivência, a poliginia e as constantes migrações para os países vizinhos em busca de melhores condições de vida.

Estas mulheres podem ser consideradas "chefes" no sentido convencional e normativo porque são elas que mantêm uma presença regular no agregado dada a ausência temporária e/ou definitiva da figura masculina e que se esforçam em providenciar subsistência aos seus dependentes, sem contudo exercer poder doméstico e tomar decisões importantes que dizem respeito à vida do agregado no seu todo. Exercendo funções e competências delegadas (manejo, controle e gestão autónoma de recursos que são base de sustento familiar) pelos seus grupos familiares e/ou aliados continuam subordinadas aos homens na medida em que são estes que nos grupos familiares detêm e exercem as competências simbólicas de chefia, reproduzindo deste modo as características de uma sociedade com poder patriarcal.

As mulheres chefes de agregado familiar foram analisadas com base na sua heterogeneidade, na medida em que entre si diferem em função das suas trajectórias sociais, identidades, interesses e projectos individuais. Todavia, para o caso específico do bairro Luís Cabral, elas possuem características sociais semelhantes em função da sua situação e condição sócio-económica, decorrente do seu baixo nível de escolaridade e do seu padrão ocupacional levando a que elas enfrentem carências diversas para satisfazer necessidades básicas das suas famílias; situação e contexto que legitima a tese de que as mulheres chefes de agregado constituem um grupo vulnerável.

De modo a identificarmos os mecanismos a que elas recorrem para fazer face às dificuldades quotidianas com que se confrontam, não vimos apenas os agregados do ponto de vista interno, mas sim na sua relação com outros agentes e instituições. Neste sentido, estas mulheres fazem parte de diferentes redes sociais de protecção (parentesco, vizinhança, amizade e religião), nas quais desenvolvem solidariedades diversas que se manifestam na troca e circulação de bens (de necessidade imediata) e serviços (saúde, educação, etc.). Este sustento do agregado baseado em laços criados e geridos nestes espaços sociais não são exclusivos deste tipo de agregados, envolve toda a comunidade residente no bairro e revela a dinâmica multifuncional que o parentesco e a religião podem e desempenham em determinados contextos.

Embora a religião constitua um espaço produtor de relações sociais e redes de solidariedade, que seja usado e modificado pelos crentes mediante seus interesses de garantir a reprodução do agregado, não constitui estratégia específica de sobrevivência porque as respectivas ajudas não possuem um carácter permanente, regular e intenso mas sim momentâneo e pontual.

Ainda no âmbito das estratégias específicas de sobrevivência, desenvolvem-se no bairro programas de providência social por parte do INAS tendo como grupo alvo as mulheres chefes de agregado. Contudo, estas acções são muito restritas, no sentido de que abrangem um número muito insignificante de MCA's (04) num universo em que estas são relativamente em número maior e são as mais necessitadas. Por outro lado, o próprio processo de candidatura a estes programas é muito moroso, com muita complexidade burocrática que está aquém da compreensão por parte das candidatas dado

ao seu baixo nível de escolaridade. Constituindo de uma forma geral fontes de rendimento e de entrada no sector formal de emprego sem possuir os requisitos normalmente exigidos, o impacto profundo específico destes programas para as MCA's ainda está por se verificar pois que ainda decorre a primeira fase da sua implementação.

Por dificuldades de ordem metodológicas, especialmente, no terreno e particularmente pela exiguidade do recurso tempo, o presente relatório seria mais produtivo analiticamente se a pesquisa pudesse fazer um estudo na perspectiva comparativa entre agregados chefiados por mulheres (sejam eles *de jure* ou *de facto*) relativamente aos chefiados por homens (na ausência ou não de uma esposa) de modo a identificar motivações, características, dinâmicas internas semelhantes e/ou diferentes.

Contudo, este desafio dependerá de oportunidades posteriores que poderão permitir o seguimento e aprofundamento destas e mais questões. Por exemplo, que interpretação damos ao facto de que tanto os informantes como as entrevistadas não terem indicado nenhuma MCA que resida permanentemente com o seu cônjuge? Significará este facto a não-existência factual ou empírica desta categoria, ou reflecte o facto de a mesma categoria não fazer parte do seu discurso, das suas percepções, representações ou seu imaginário social?

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Nunes de (1985); "Trabalho feminino e estratégias familiares" In *Análise social* 21. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; pp. 7/44.
- ALMEIDA, J. F. e PINTO, J. M. (1976); *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Presença.
- AMANCIO, Lúcia (1982); "As assimetrias nas representações de género" In *Revista crítica de ciências sociais* (34). Coimbra: Centro de Estudos sociais; pp. 9/22.
- AMARAL, Wanda do (compil.) (1995); *Guia para a apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação*. Maputo: Imprensa da UEM.
- ARASTEH, Reza A. (1986); *Teaching through research*. Netherlands: Leiden.
- ARNFRED, Signe (1991); *Gender and modernization. Method and theory*. [s.l./s.n.].
- BARBIERI, Terésita de (1991); "Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica" in *Direitos reprodutivos*. Brasil: Fundação Carlos Chagas.
- BASHAM, Richard (1978); *Urban anthropology. The cross cultural study of complex societies*. Sydney: Mayfield Publishing.
- BENDER, Donald (1967); "A refinement of the concept of household: families, co-residence, and domestic functions" In *American Anthropologist* (69), pp. 493/504.
- BERNARDI, Bernardo (1988); *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa: Edições 70.
- BIROU, Alan (1978); *Dicionário das ciências sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BLUMBERG, Rae Lesser (1989); *Making the case for the gender variable: women and the wealth and well-being of nations*. USAID [s.l.]
-(ed.) (1991); *Gender, Family, and Economy: the triple overlap*. California: Sage Publications, inc
- BORDIEU, Pierre (1980); *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON J. C. e PASSERON J. C. (1983); *Le metier de sociologue*. Paris: Mouton
- BONNARDEL, Régine (1991); "Femmes, villes, informel, en Afrique au sud du Sahara" In COQUERY-VIDROVITCH, Catherine & NEDELEC, Serge (eds) *Tiers-Monde: l'informel en question*. Paris: Harmattan

CASIMIRO, Isabel & XIMENA, Andrade (1992); **Construindo uma teoria de género em Moçambique**. Maputo: Cadernos Mulher, DEMEG, CEA/UEM.

CASIMIRO, Isabel; LOFORTE, Ana & PESSOA, Ana (1998); **A mulher em Moçambique**. Maputo: CEA/NORAD.

CHAÚQUE, Alexandre "Lei de família. Mulheres não querem marido como chefe de família" In Savana, Nº 327 de 14 de Abril de 2000.

CRUZ e SILVA, Teresa (Janeiro de 2000); **Os ziones: o bairro Luís Cabral. Algumas notas soltas para a preparação do trabalho de campo a realizar nas duas primeiras semanas de 2000**. Maputo: CEA (Não publicado).

D.A.A (ed.) (1998); **Relações de género em Moçambique: educação, trabalho e saúde**. Maputo: Faculdade de letras/D.A.A/SAREC/UEM.

DEBLÉ, I. & HUGON, Philippe(eds) (1982); **Vivre et survivre dans les villes africaines**. Paris: IEDES.

DE VLETTER, Fion (1996); **Estudo sobre o sector informal em Moçambique (Maputo e Sofala)**. Maputo: Ministério do Plano e Finanças/Unidade de Alívio à Pobreza.

ECO, Umberto (1982); **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Lisboa: Presença.

FERREIRA, Virgínia (1981); "Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo" In *Revista crítica de ciências sociais* (6). Coimbra: Centro de Estudos Sociais; pp. 47/86.

.....(1984); "Estudos sobre a mulher" In *Revista crítica de ciências sociais* (13). Coimbra: Centro de Estudos Sociais; [s.p.]

FILDAN, Bela (org.) (1987); **Antropologia das sociedades modernas: Métodos**. São Paulo: Global Universitária.

FOLBRE, Nancy (1994); **Mothers on their own: policy issues for developing countries** [s.l./s.n.].

..... (1991); "Women on their own: global patterns of female" headship In GALLIN, Rite & FERGUSSON, Anne (ed.) *The women and international development annual*. Boulder: Westview Press.

FORTES, Iolanda (1995); **O perfil da pobreza em Moçambique**. Maputo: MPF/Unidade de Alívio a Pobreza.

GINJA, Victória & SCHWARZ, Carlos (1997); **Estudo "A acção de solidariedade social das ONG's dos PALOP" - Moçambique**. Maputo [s.n.]

GINJA, Victória & MCDONALD, Ian (1995); **Avaliação da rede de protecção social em Moçambique**. Maputo: MPF.

GRAVITZ, Madeleine (1986); **Methodes en sciences sociales**. Paris: Daloz

GREEN, Reginald Harbold (1991); **A luta contra a pobreza em Moçambique**. Maputo: DNP, Projecto SDA.

HEILBORN, Maria Luiza (s.d.); "Género e condição feminina: uma abordagem antropológica" In **Mulher e políticas públicas**. Brasil: IBAM/UNICEF; Programa Promoção da Mulher.

JAFETE, Sara (2000); **Critérios de identificação da população alvo do INAS**. Documento apresentado no seminário de reciclagem de permanentes realizado de 18 a 21 de janeiro de 2000. Maputo: INAS (subdelegação da cidade).

JUNOD, Henri (1996); **Usos e costumes dos Bantu**. Tomo 1. Maputo: A.H.M, Documentos 3.

KAYONGO-MALE, Diane & ONYANGO, Philista (1984); **The Sociology of the african family**. London/New York: Longman

LOFORTE, Ana & JOSÉ ARTHUR, Maria (1995); **Famílias em contexto de mudança: revisão bibliográfica**. Maputo: C.E.A/Faculdade de letras.

LOFORTE, Ana (1996); **Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique**. Lisboa: ISCTE

* LUNDIN, Irãe Baptista (1986); **Estratégias de sobrevivência na cidade de Maputo. Uma investigação antropológica**. Maputo: DAA/UEM.

MACHAIEIE, Emilia M. de L. E. (1997); **Mulheres no sector informal: esforço e criatividade na luta pela sobrevivência. O caso do mercado Bazuka, cidade de Maputo, 1987/1996**. Maputo: Faculdade de letras, Departamento de história, UEM.

MASSIAH, Joycelin (1984); **La mujer como chefe de familia en el caribe: estructura familiar y condición social de la mujer**. Paris: UNESCO/PUF.

MEENA, Ruth (ed) (1992); **Gender in Southern Africa: conceptual and theoretical issues**. Harare: Sapes Book.

MICAS (Outubro de 1996); **Plano de Acção do governo pós-Beijing (1997-2000)**. Maputo.

MIES, Maria & SHIVA, Vandana (1993); **Ecofeminism**. London: Fernwood.

MITCHELL, J. Clyde (1969); "The concept and use of social networks" In **Social networks in urban situations**. Manchester University Press; pp. 1/29.

MOORE, Henrietta L. (1988); **Feminism and Anthropology**. Cambridge: Polity Press.

NETTING, R.; WILK, R. & ARNOULD, E. (eds) (1984) "Introduction" in **Households: comparative and historical studies of the domestic groups**. London: University of California Press.

NIELSEN, Joyce McCarl (1990); **Sex and Gender in society perspectives on stratification**. Illinois: Waveland Press.

NUNES, João Arriscado "Com o mal ou com o bem, aos teus te até: As solidariedades primárias e os limites da Sociedade Providência" In **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: CES, nº 42, Maio 1995, pp. 5/25.

OYEWUMÍ, Oyèrónké (1997); **The invention of woman. Making an African sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press.

PALMER, Ingrid (1985); **The impact of male out-migration on women in farming**. West Hartford: Kumarian Press

PETERS, Pauline; "*Uses and abuses of the concept of female-headed households in research on agrarian transformation*" In BRY CESAR, D.F. (ed.) (1995), **Woman welding and hal**. Oxford: Bey Publications.²²

PNUD (1998) **Relatório Nacional do desenvolvimento Humano**. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PORTUGAL, Sílvia "As mãos que embalam o berço. Estudo sobre as redes informais de apoio à maternidade" In **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: CES, nº 42, Maio 1995, pp. 153/178.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUD, Luc Van (1992); **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva

8 RITA-FERREIRA, A. (1967/8); **Os africanos em Lourenço Marques**. Lourenço Marques: I.I.C.M, Série C, Vol. 09.

ROSENHOUSE, Sandra (1994); **Identifying the poor. Is "headship" a useful concept?** Washington, D. C: The World Bank.

SANTOS, Boaventura de Sousa "Sociedade providência ou autoritarismo social?" In **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: CES, nº 42, Maio 1995, I/V.

..... (1987); **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento.

SARACENO, Chiara (1992); **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa.

²² Nesta referência alguns dados podem não estarem certos devido a dificuldades de leitura, pois que o material lido estava fotocopiado e algumas letras foram de difícil reconhecimento.

SEIDLER, Victor (ed) (1992); **Man, sex and relationships: writings from Achilles.** London: Routledge.

SCOTT, Joan (1989); **Gender: an useful category of historical analyses. Gender and the politics of history.** New York: Columbia University Press.

SCHUBERT, Bernard (1992); **Rede de suporte social de baixo custo para os agregados familiares indigentes e em pobreza absoluta nas cidades de Moçambique.** Maputo: MPF/Projecto SDA.

SILVA, A. S. e PINTO, J. M. (orgs) (1986); **Metodologia das ciências sociais.** Porto: Afrontamento.

WLSA MOZAMBIQUE (1998); **Famílias em contexto de mudanças em Moçambique.** Maputo: C.E.A/Departamento de Estudos da Mulher e Género, Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

ANEXO 1 - TABELAS RELATIVAS AO PERFIL SOCIAL DAS MCA'S

Tabela 1

Distribuição por zona de origem:

Província de nascimento	Frequência (Mca's)
Inhambane	15
Gaza	09
Maputo (cidade)	04
Maputo (província)	02
Total	30

Tabela 2

Nível de escolaridade

Anos de escolaridade	Frequência (MCA's)
Não estudou	07
1 a 5 anos	18
6 a 10 anos	05
11 a 12 anos	00
Total	30



Tabela 3
Distribuição das MCA's por categorias (estado civil)

Categorias	Frequência (MCA's)
Viúvas	10
Abandonadas	06
Divorciadas	03
Mães solteiras	09
Mulheres com marido emigrante	09
Total	30

Tabela 4
Dados relativos às MCA's beneficiárias (Maputo cidade)

Distritos Urbanos (DU)	Frequência (MCA's)
DU 1	18
DU 2	41
DU 3	15
DU 4	28
DU 5	28
Total cidade	131